



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0708/14	DATA: 27/05/2014	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 17h30min	PÁGINAS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
LUCIANO COUTINHO - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

SUMÁRIO
Esclarecimentos sobre a concessão de empréstimo à Construtora Odebrecht para a realização das obras do Porto de Mariel, Cuba, e também sobre financiamento ao Grupo JBS-Friboi, Fundo Amazônico, Plano de Investimentos do BNDES e a Medida Provisória nº 633, de 2013.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Há intervenção fora do microfone. Ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública, destinada a prestar esclarecimentos sobre a concessão de empréstimo à Construtora Odebrecht para a realização das obras do Porto de Mariel, em Cuba, e também sobre financiamento ao Grupo JBS-Friboi, Fundo Amazônico, Plano de Investimentos do BNDES e a Medida Provisória nº 633, de 2013. A audiência é objeto do Requerimento nº 589, de 2014, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de autoria do Deputado Carlos Brandão, subscrito pelos Deputados Vanderlei Macris, Marcio Junqueira, Fernando Francischini e Pepe Vargas.

Queremos agradecer a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, em nome de todos os membros desta Comissão, e dizer que a Comissão se sente lisonjeada com a presença de V.Sa. na tarde de hoje para falar sobre os temas para os quais foi convidado.

Faço agora alguns esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião. Antes de iniciar as exposições, eu gostaria de propor a este colegiado os procedimentos a serem adotados nesta audiência pública, de forma a assegurar o bom andamento dos trabalhos.

O tempo reservado para o convidado será de 20 minutos prorrogáveis, não podendo ser aparteado. Encerrada a exposição, falarão os Deputados autores dos requerimentos, pelo prazo de 5 minutos. Em seguida, falarão os Líderes inscritos, pelo prazo de 5 minutos, não sendo permitido aparte. Após os Líderes, os Deputados inscritos para interpelações poderão fazê-las por 3 minutos. Inicialmente, falará o Deputado membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e, posteriormente, o não membro. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Passo, então, a palavra ao Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, para a sua exposição.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Exmo. Deputado Hugo Motta, Srs. Deputados, é uma grande satisfação participar desta audiência. Eu já estive aqui em diversas oportunidades e é sempre uma satisfação poder esclarecer todos os aspectos do desenvolvimento do País e do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.



Eu vou fazer uma rápida exposição com a perspectiva do investimento, o que responde parte das questões, a contribuição do Banco ao desempenho recente do investimento e a questão da exportação de serviços ao exterior. Poderei responder a outras questões de interesse logo a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu pediria licença ao Presidente para fazer um alerta. A Segurança da Casa acaba de informar quanto a uma possível invasão de índios ao Congresso Nacional. Se porventura isso vier a acontecer à Casa, irão nos avisar sobre uma evacuação. Fiquemos em alerta em relação a isso.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Espero que isso não aconteça.

Deputados, primeiro, eu queria mostrar aqui as perspectivas do investimento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, eu queria mostrar aqui a elevação da taxa de investimento sobre o PIB no País nos últimos anos. A taxa de investimento no País, na segunda metade dos anos 90, oscilou em torno de 16% a 17% — é esta linha vermelha. Ela chegou ao mínimo de 15%, em 2003, e hoje nós estamos com 18,4%.

Então, nos últimos anos, houve uma elevação da taxa de investimento. Nós estamos operando num patamar de investimentos, na linha aqui, oscilando entre 18% e 19%, com uma tendência clara de elevação. Portanto, nós conseguimos agregar de 2,5 a 3 pontos de percentagem ao investimento. É claro que este desempenho precisa melhorar ainda mais. Nosso objetivo é subir ainda mais a taxa de investimento do País, mas não é verdadeira a afirmação de que a taxa de investimento do País não melhorou, ainda mais a de que não tenha o BNDES ajudado a melhorar a *performance* da taxa de investimento.

A linha verde, ela é uma linha interessante, porque é o cálculo da taxa de investimento feita a preços de 2005. Se nós olharmos a preço de 2005, vamos ver que a diferença é que houve uma redução de preços de bens de capital ao longo do período, dessa última década. Isso significa que, com o mesmo valor de investimento, nós estamos colocando mais máquinas e mais equipamentos. Se nós utilizássemos preços de 2005, os investimentos estariam, na verdade, oscilando entre 20% e 21%. Esta diferença se deve à redução de preço das máquinas e equipamentos, em função da grande e acirrada concorrência internacional, da



ociosidade existente no sistema internacional, que produziu uma queda no preço relativo de máquinas e equipamentos. Vejam que aqui há um claro descolamento entre os preços a partir de 2009 e 2010. Esse descolamento também se observa para trás, se retroagirmos. Este é um ponto importante: mostrar que o País está fazendo e precisa fazer mais esforço de investimento.

Aqui nós temos uma correlação muito clara entre o aumento dos desembolsos e das aprovações do BNDES. Na verdade, aqui nós estamos falando dos desembolsos em termos nominais e em termos reais — a barrinha verde —, e fica claro que, no período recente, o BNDES ajudou na subida da taxa de investimento.

O ano passado, por exemplo, foi um período particularmente importante, porque os bens de capital cresceram 11,3% e a indústria brasileira cresceu 2,3%, puxada principalmente pelos bens de capital. A formação de capital cresceu 6,3%. É importante considerar que, no ano de 2013, o BNDES teve um papel importante no financiamento à venda de bens de capital, e foi a formação de capital que puxou o crescimento de 2013. Isto é frequentemente ignorado por muitos críticos, que ficam repetindo, sem olhar as estatísticas, que foi o consumo que puxou o crescimento, que o investimento não está reagindo... Ao contrário, os dados não mostram isso. Não se constata, olhando os dados, essa afirmação.

Eu queria agora mostrar aos senhores as perspectivas. Se nós olharmos os setores que o BNDES monitora de perto — e aqui tenho uma informação importante: é a mesma amostra de empresas, uma amostra fixa de empresas —, nós vamos ver que, no quadriênio 2009/2012, o investimento totalizou 1,133 trilhão. Para essa mesma amostra, o quadriênio 2014/2017 mostra um total de investimento de 1,5 trilhão, representando um aumento anual médio de 6% da perspectiva de investimento detectada pelo BNDES. Este é um panorama que tem se revelado bastante acurado. Nós temos conseguido, de fato, um grau de relativa confiabilidade na execução dessa perspectiva, na medida em que já acumulamos, durante alguns anos, um histórico de comparação entre aquilo que foi indicado pela perspectiva de investimento do Banco e o que foi realizado.



Eu queria fazer agora uma rápida comparação do BNDES com outros bancos de desenvolvimento no mundo, para mostrar que o BNDES não é um caso isolado, nem é um caso fora do gráfico.

Nós temos aqui as três maiores instituições de desenvolvimento do mundo: o Banco de Desenvolvimento da China; o KfW, da Alemanha, que é um grande banco de desenvolvimento, e de um país desenvolvido; e o BNDES. Se olharmos em termos de ativos totais, o BNDES é o terceiro. Se olharmos em termos de desembolso anual, o BNDES é o segundo — não está mostrando aqui. E, se olharmos em termos de inadimplência, o BNDES é aquele que tem a taxa mais baixa de inadimplência, e é também o banco que tem o número de funcionários mais baixo e uma produtividade, ou eficiência, bastante elevada.

A carteira total de créditos do BNDES, acumulada, representa 11% do PIB. A do China Development Bank representa 12,4%. A do KfW, da Alemanha, 15,5% do PIB alemão. Em termos de participação no crédito total, o BNDES tem 21%; o KfW, 12%; e o China Development Bank, 8%. Por que isso? Porque, no Brasil, o crédito representa hoje 55% do PIB; na China, mais de 200%; na Alemanha, quase 200%. Essa é a razão pela qual esses percentuais variam.

Aqui está o banco da Coreia, que é o quarto banco, o KDB.

Então, as instituições banco de desenvolvimento não são uma jabuticaba, são instituições importantes tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. Vários países desenvolvidos, como a França, além da Alemanha, têm bancos de desenvolvimento ativos e importantes.

Eu queria mostrar agora a contribuição do BNDES para a criação e a manutenção de empregos. Esta é uma metodologia consagrada, que mostra que uma parcela importante dos empregos do País é criada e mantida com créditos do BNDES, anualmente.

Aqui nós temos empregos gerados e empregos mantidos, não só os empregos novos, mas também os empregos mantidos. Os empregos mantidos são importantes, porque a geração de emprego é sempre resultado de empregos gerados menos empregos destruídos, ou empregos neutralizados.

Eu queria mostrar aqui o fato de que o BNDES influi diretamente sobre cerca de 22% a 25% da formação de capital fixo no Brasil. Ele tem um peso importante,



influencia diretamente, em especial, a comercialização de máquinas e equipamentos e também de estruturas industriais. Em geral, em qualquer economia do mundo, a formação do capital fixo se divide em duas grandes categorias: a construção civil e a integração de máquinas e equipamentos ao processo produtivo. No caso do Brasil, há uma peculiaridade: o peso da construção civil é menor quando comparado ao de várias outras economias. E o BNDES influencia uma parte relevante da formação de capital, principalmente ligada a máquinas e equipamentos, ou ao aumento de capacidade produtiva na indústria, nos serviços, na agricultura, em outros setores. Mas o BNDES não influencia de forma relevante, por exemplo, a construção, especialmente a construção habitacional. Este é um esclarecimento importante.

Aqui temos os nossos dados de desembolso, em termos de reais, de 2013. E, se nós olharmos o desembolso em termos de reais em 2013, vamos ver que o nosso desembolso teve um pico principalmente em 2009 e 2010, quando chegou a 4,4% do PIB. Depois o Banco moderou a sua escala. Quando se olha em termos nominais, parece que o BNDES está aumentando, está aumentando... Mas, se nós olharmos em termos reais, vemos que nós já moderamos a escala da nossa operação, embora, especialmente no ano passado, tenhamos expandido um pouco, o que foi muito importante para assegurar, em 2013, o crescimento da economia brasileira, como se viu numa tabela anterior, que mostrou que foi o investimento que puxou o crescimento em 2013.

Esta aqui é uma avaliação do desempenho neste quadrimestre, até abril. Nós estamos com um desembolso um pouquinho acima do primeiro quadrimestre do ano passado, e, como eu já manifestei em outras ocasiões, há uma queda nas consultas ao Banco, o que reflete um pouco o estado de maior volatilidade de expectativas no setor privado. Então, nós estamos enfrentando uma queda nas consultas e uma ligeira queda nos enquadramentos e aprovações. Deste quadrimestre, ainda não dá para tirar uma tendência do ano, mas este é o retrato que nós temos do desempenho mais recente. Estamos, na verdade, com um desembolso próximo, um pouco abaixo, do nível de 200 bilhões/ano, em termos nominais, e temos aqui na linha vermelha uma redução suave das consultas e a manutenção de consultas e enquadramentos num nível um pouco mais baixo do que o verificado em 2013, mas ainda num patamar muito elevado. Nós estamos com demanda em torno de 275



bilhões, caindo de 325 bilhões, mas estamos mantendo um patamar suficiente de demanda, que nos assegura ainda um crescimento dos investimentos, nos próximos 4 anos, em torno de 6% ao ano. Se quisermos acelerar ainda mais os investimentos, para eles crescerem a uma taxa de 10% ou mais, taxa chinesa, muito alta, obviamente dependeremos da superação de algumas incertezas, inclusive do quadro internacional nos próximos anos.

Aqui nós temos o desempenho do Banco por macrossetores, que mostra um firme crescimento da infraestrutura e um crescimento da indústria. Este número aqui está um pouco fora da curva porque em 2009 e 2010, diante da crise mundial de crédito, do fechamento do mercado mundial de crédito, nós fizemos empréstimos extraordinários, de grande escala, à PETROBRAS e a outras grandes empresas, que depois nós reduzimos. Mas nós tivemos um crescimento forte e sustentado dos empréstimos à infraestrutura e à indústria. Ano passado, foram 62 bilhões para a infraestrutura e 58 bilhões para a indústria e um crescimento muito importante em comércio e serviços. O Banco tem apoiado o desenvolvimento do varejo, a extensão de cadeias de varejo, que têm poder de geração de emprego muito importante. Além disso, o Banco tem apoiado um grande número de serviços que fazem parte de uma sociedade moderna. Nós temos serviços de engenharia, serviços relacionados à prestação de consultorias e outros serviços profissionais especializados, relacionados não diretamente ao sistema bancário, mas ao sistema de mercado de capitais, serviços de transporte, serviços de educação, vários serviços relevantes, que têm crescido.

Houve um aumento do apoio à agropecuária: 18,7 bilhões foram destinados à agropecuária, mostrando um papel importante. O BNDES é o grande financiador de equipamentos para a agropecuária. Nós não financiamos o custeio agrícola, mas somos os grandes financiadores das infraestruturas fixas da agricultura brasileira: silos, armazéns, todas as estruturas físicas, e o maquinário, principalmente.

E tem também um papel relevante, importante, de apoio aos Estados da Federação, especialmente aos programas de investimento em redes viárias, hospitais, redes educacionais e mobilidade urbana nos Estados da Federação.

Alguns dados financeiros do BNDES: o nosso último balanço, de 2013, mostra um ativo total de 782 bilhões, um patrimônio líquido de 60 bilhões. Tivemos



um lucro de 8 bilhões e 150 milhões; uma rentabilidade 16,5%, totalmente enquadrada em todas as regras de prudência; um índice de capitalização de Basileia de 19,1%, muito acima de exigência mínima, de 11%; uma base de capital próprio principal de 10,7%, muito acima do mínimo exigido, que é 4,5%. Temos uma exposição cambial muito pequena, e ela é neutralizada. A exposição ao setor público está sob controle, muito abaixo do regulamento. O mesmo vale para o índice de imobilização — esses são índices determinados pelo Banco Central e pela regulação internacional.

Então o BNDES está totalmente enquadrado, e com folga, em todos os índices de prudência. Além disso, tem uma taxa de inadimplência baixíssima, que é a mais baixa de todo o sistema financeiro, inclusive do sistema financeiro privado e dos outros bancos do sistema público.

Quais são as grandes prioridades do Banco? São as grandes prioridades da política federal. O Banco é um ente importante do Governo; está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mas trabalha com vários Ministérios. O Banco dá apoio à infraestrutura, às minas e energia, aos transportes, aos Ministérios sociais. Quer dizer, ele é um Banco que serve a grandes prioridades. Uma grande prioridade é a infraestrutura. Outra grande prioridade é a inclusão social de comunidades de baixa renda, buscando criar alternativas para a comunidade de baixa renda, que é a ação social do Banco. E há o apoio à competitividade, especialmente à competitividade da indústria, levando em conta três grandes prioridades horizontais: o fomento à inovação tecnológica, que é essencial; o respeito à sustentabilidade e ao meio ambiente; e o apoio ao desenvolvimento das regiões mais pobres do Brasil, as regiões menos desenvolvidas. São essas as grandes prioridades que informam a política operacional da instituição.

Eu queria mostrar aqui, primeiro, infraestrutura. Nós desembolsamos 62 bilhões e estamos subindo. Em 2007, aplicamos 25 bilhões e subimos consistentemente até chegarmos a 62 bilhões. Isso tem se refletido no aumento dos investimentos totais em infraestrutura. Grande parte dos investimentos em infraestrutura do País são diretamente alavancados pelo BNDES. No ano passado, o



País investiu quase 120 bilhões em infraestrutura, dos quais, 62 bilhões foram alavancados por créditos do BNDES.

Por exemplo: nós financiamos, entre 2007 e 2013, 97% de todo o aumento da capacidade hidroelétrica, 61% do aumento das PCHs — as PCHs são menores e muitas vezes prescindem do nosso financiamento — e 55% dos parques eólicos. Não financiamos mais porque uma parte dos parques eólicos tem equipamentos importados, e nós, por definição, não podemos gerar empregos no exterior, financiando equipamentos importados. Então, à medida que a nacionalização dos equipamentos — felizmente, nós estamos criando a indústria de equipamentos eólicos no Brasil — vem aumentando, a nossa participação aqui vai subir de maneira importante. E por aí vai. Nós temos também uma participação importante em caminhões e ônibus, na área de celulose, e assim por diante.

Uma demonstração aqui é o peso do Financiamento de Máquinas e Equipamentos — FINAME para a comercialização caminhões e ônibus. Nós vemos aqui que, especialmente depois da grande crise financeira, foi necessário aumentar a nossa presença no financiamento de caminhões e ônibus.

Em relação às pequenas empresas, eu tenho muito orgulho de mostrar o fortíssimo crescimento dos financiamentos do BNDES às micro, pequenas e médias empresas, que saiu de 16 bilhões, em 2007, para alcançar 63,5 bilhões, em 2013. Foi um fortíssimo crescimento! Isso significou 275 mil pequenas empresas.

Aqui há um papel importante de várias ferramentas: o Cartão BNDES e o próprio Programa BNDES de Sustentação do Investimento — BNDES PSI/FINAME. Dois terços do FINAME chegam à pequena empresa. E o Cartão BNDES — nós já temos 600 mil cartões emitidos — tem gerado desembolsos anuais superiores a 10 bilhões/ano, com um crédito médio de cerca de 14 mil, 15 mil reais.

Portanto, trata-se de uma forma de democratização do crédito muito importante, e nós nos orgulhamos muito de, apesar de sermos um banco de atacado — o BNDES não tem rede de varejo —, usando tecnologia de informação, termos conseguido responder e chegar às pequenas empresas.

Aqui eu queria mostrar também outro fato que muito nos orgulha: o aumento dos desembolsos para as Regiões Norte e Nordeste, as duas regiões com menor renda *per capita* do Brasil. Nós conseguimos superar e alcançar, no caso do



Nordeste, a participação da economia nordestina no PIB. No caso da Região Norte, também obtivemos números bastante expressivos.

Eu quero lembrar o seguinte: nós aumentamos a participação relativa de Norte e Nordeste num bolo que cresceu muito. Temos que lembrar que o desembolso do BNDES cresceu muito, e ainda assim a participação de Norte e Nordeste subiu. Então, em termos absolutos, o crescimento do desembolso nas regiões Norte e Nordeste foi muito importante, e não foi só para grandes projetos; foi também para — eu mostrei isso ontem numa exposição sobre a Região Norte, que não vou mostrar detalhadamente aqui — pequenas empresas nessas regiões, uma vez que nós conseguimos expandir o cartão e expandir o apoio aos Estados nas Regiões Norte e Nordeste para programas de alto interesse social.

Aqui o apoio à sustentabilidade ambiental, à economia verde. É também, para nós, motivo de orgulho mostrar que chegamos a um nível de 24,4 bilhões de apoio à economia verde.

Aqui está incluído todo o saneamento ambiental, está incluído todo o apoio a energias renováveis e está incluído também o Fundo Amazônia.

O Fundo Amazônia é um fundo internacional de doações que recebeu uma doação de grande escala originária, especialmente da Noruega, e, depois, doações internacionais menores da Alemanha e do Japão. Esse Fundo tinha um orçamento inicial de cerca de 900 milhões. Nós já aprovamos a utilização de 772 milhões, em cerca de 50 projetos importantes, distribuídos em todos os Estados na franja da Amazônia.

E nós conseguimos — graças ao reconhecimento feito, inclusive, pelos doadores, da *performance* do Fundo; graças ao rigor e à eficiência na aplicação de recursos — que a Noruega, apesar de ter mudado o partido político que comanda o país etc., resolvesse doar uma nova rodada ao Fundo Amazônia. Então, nós teremos, nos próximos 5 anos, mais recursos importantes para o Fundo Amazônia.

Eu queria chamar a atenção aqui. Onde estão esses projetos, principalmente? Eles estão em quatro categorias. Primeiro, em unidades de conservação. Nós hoje temos 3 ou 4 dezenas de unidades de conservação cobrindo uma extensa área da floresta e pagamos por serviços de conservação ambiental às populações nativas.



Além dessas grandes unidades de conservação, há projetos de apoio aos Estados da Região Amazônica — aos Estados do Amazonas e do Pará — para o fomento a atividades sustentáveis ou também ações de suporte à conservação ambiental.

Finalmente, nós temos um apoio importante a organizações não governamentais para fazer o reflorestamento com espécies nativas e gerar atividades sustentáveis para as populações locais.

Nós temos que lembrar que a Amazônia toda tem 27 milhões de habitantes, cerca de 20 milhões deles na franja da floresta. Essa população exerce uma pressão muito forte. Se nós não formos capazes de criar atividades sustentáveis para dar a elas ocupação, a tendência é elas migrarem para atividades predatórias: derrubar árvores etc.

O Governo tem sido muito bem sucedido em controlar o desmatamento em atacado — através dos satélites do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, é possível controlar as grandes queimadas etc. —, mas o desmatamento formiguinha é muito difícil de se detectar, salvo se nós conseguirmos criar um conjunto de atividades sustentáveis. Isso implica manejo florestal e atividades de exploração madeireira sustentável; isso implica um plano de desenvolvimento para a piscicultura de água doce, em que o Brasil tem um imenso potencial inexplorado; isso implica várias outras atividades de apoio, por exemplo, ao cultivo do açaí, ao cultivo da castanha e a várias outras atividades que são sustentáveis e integradas àquelas populações.

Finalmente, há aqui um último gráfico importante, que mostra o apoio do BNDES à inovação tecnológica. Nós realizamos, no ano passado, 5,2 bilhões em inovação tecnológica e estamos num processo de crescimento. Certamente, agora, em 2014, nós superaremos aquela marca, graças aos grandes projetos da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior — MDIC e o MCTI, do Plano Inova Empresa, que é um grande programa, de grande escala, para trazer o setor privado para a inovação.

Esse é um grande esforço para engajar o setor privado na inovação. As áreas principais são o etanol de segunda geração, a cadeia produtiva de petróleo e gás para as tecnologias críticas para o pré-sal, as novas energias, a cadeia



aeroespacial, as telecomunicações, os agronegócios, o complexo industrial da saúde e sustentabilidade ambiental. Essas são as principais prioridades da política de inovação do Governo.

O Plano Inova Empresa é um programa de 32 bilhões. Nós já contratamos, entre FINEP e BNDES, a metade desses créditos, razão pela qual esperamos uma ascensão daqueles resultados neste ano de 2014 e no próximo ano.

Quero falar agora sobre um ponto importante, que é a exportação de serviços de engenharia e construção.

Não vou tomar muito tempo, mas eu queria mostrar como se estrutura no mundo inteiro essa atividade de apoio de serviços de engenharia e qual é a posição relativa do Brasil.

Primeiro eu quero chamar a atenção para o fato de que esse é um mercado muito disputado, em que temos vários *players*, cuja participação cresceu fortemente.

Queria mostrar o espetacular crescimento da China nas exportações totais de serviços. Ela saiu de menos de 10 bilhões/ano, há 10 anos, para mais de 60 bilhões/ano de exportação de serviços de engenharia. Mas nós temos também uma *performance* importante de empresas, como as espanholas, que chegaram a 25 bilhões, 26 bilhões/ano de exportações. As empresas coreanas... Há, portanto, um forte crescimento de concorrentes. Algumas economias, como a Itália, estão perdendo o *market share*, e o Brasil mostra um crescimento, mas relativamente modesto, quando comparado à agressividade de vários outros concorrentes no mercado internacional de serviços de engenharia.

Essa concorrência fica muito clara, por exemplo, olhando o *market share* na América Latina e no Caribe. Nós vemos isso aqui: a barra vermelha é 2006; a barra verde é 2012. Então, vemos que o Brasil, que está aqui, subiu de 2006 para 2012, de 9,5%, no mercado da América Latina e do Caribe, para 17,8%. O Brasil subiu. Mas a China subiu de 4,9% para 12,1%. Então, ela cresceu mais de duas vezes. Nós crescemos, mas, relativamente, a China cresceu mais. Outros países cresceram um pouquinho.

Quem perdeu? O Brasil ganhou. A China ganhou muito. Quem perdeu? A Espanha perdeu um pouquinho, mas ainda se mantém como a principal exportadora de serviços de engenharia — caiu de 30% para 29,6%. Perdeu um pouquinho.



Quem perdeu muito? Os Estados Unidos caíram de 22% para 14%; a Itália, de 13% para 8%; a França, de 8% para 5%.

Portanto, os Estados Unidos e a Europa perderam mercado na América Latina; o Brasil e a China ganharam.

Mas, ainda assim, a participação relativa do Brasil, considerando o fato de que o Brasil é vizinho dos principais países, é relativamente modesta, dada a nossa situação no continente.

Se nós olharmos agora a África — da mesma forma, o gráfico vermelho escuro é a posição em 2006; o gráfico verde é a posição em 2012 —, veremos que saímos de praticamente nada para 4% do mercado africano, enquanto a China saiu de 29% para 44,8%, quase 45%, do mercado africano de serviços de engenharia e construção. A Itália ainda ganhou um pouquinho, mas a França perdeu bastante, assim com os Estados Unidos e a Alemanha. Quer dizer, Europa e Estados Unidos perderam posição na África, o Brasil ganhou uma beirada, e a grande expansão está sendo da China.

Mas o que eu queria mostrar aqui é que esse é um mercado bastante disputado.

Todos os países do mundo têm bancos oficiais, bancos públicos, especializados ou não, que apoiam a exportação dos serviços de engenharia. Então, o papel da área de exportação do BNDES não é também uma jabuticaba. Todos os países têm esse mesmo tipo de linha de crédito.

A China, por exemplo, dedicou, de 2008 a 2012, uma média de 45 bilhões de dólares/ano para a exportação; os Estados Unidos, 18,6 bilhões de dólares, através do Exim Bank dos Estados Unidos; a Alemanha, 15,6 bilhões de dólares; a França, 14,6 bilhões de dólares; a Índia, que tem um India Exim, 9,9 bilhões de dólares; o Japão, 3,9 bilhões de dólares; o Reino Unido, 3,5 bilhões de dólares; o Brasil, 2,2 bilhões de dólares.

Então, nós temos agências de crédito à exportação, com diversas modalidades, todas elas públicas — são agências públicas —, funcionando com diversas linhas.

Em 2012, nós vemos aqui números que também mostram uma disparidade: a China tem o China Exim e a Sinosure, que é uma seguradora; os Estados Unidos



têm US Exim, que é ao mesmo tempo um financiador e uma seguradora, que lhes dá garantias; a Alemanha tem o KfW e a Euler Hermes, uma seguradora também, um departamento, que dá garantias e seguros; a França tem a Coface, que é uma financiadora e seguradora; a Índia tem a financiadora e a seguradora; o Japão, idem, tem o Banco Japonês para Cooperação Internacional — JBIC e a seguradora; e assim por diante. O Brasil tem o BNDES e o Fundo Garantidor de Exportações.

Nós vemos aqui a escala da exportação de serviços de engenharia e o saldo da balança comercial nesse setor.

O que é relevante mostrar aqui é que o setor de serviços é altamente deficitário na balança de pagamentos do Brasil. O principal item deficitário são as viagens ao exterior, o turismo, em que o Brasil, mas também o pagamento de fretes, porque nós não temos uma Marinha Mercante própria, de modo que o grosso dos fretes para o exterior nós pagamos a armadores. Então, nós temos um déficit estrutural em fretes e em seguros. Temos também déficit em seguros, temos déficit em fretes, temos déficit em turismo.

O único item superavitário da nossa balança de serviços é a exportação de serviços de engenharia, graças ao fato de que nós temos um grupo de empresas brasileiras competitivas e competentes na exportação de serviços de engenharia e que tem produzido um superávit, que não é nenhum espetáculo — 4,5 milhões de dólares —, mas é um superávit; contribui positivamente. Nos últimos 2 anos, esse superávit foi de 8,9 milhões de dólares e de 8,2 milhões de dólares.

Nós temos apoiado... E aqui nós apoiamos mais, inclusive com operações de pré-embarque, no momento em que houve uma grande escassez de crédito ao comércio exterior, e depois o BNDES, quando o mercado privado voltou, moderou a sua presença.

Para onde estão sendo destinadas as nossas operações de pós-embarque, olhando a América Latina e a África? Temos aqui, primeiro, do ponto de vista setorial, saneamento, edificações industriais e comerciais, energia, portos e aeroportos, rodovias e ferrovias. Então, nós estamos financiando várias modalidades de projetos.

E temos também um conjunto de mercados: na África, principalmente Angola; na América Latina e na América Central, Argentina, Venezuela, República



Dominicana, Peru, Cuba, Equador. Então, nós temos uma participação mais importante e diversificada da América Latina.

É importante chamar a atenção para o fato de que essas operações na América Latina, além de contarem com as garantias dadas pelo Fundo Garantidor de Comércio Exterior, contam com um mecanismo de segurança muito importante, que é o chamado Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos — CCR.

Esse Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos é um convênio entre Bancos Centrais, que existe há mais de 30 anos, pelo qual essas operações recebem garantias de liquidez. Os papéis emitidos transitam por dentro de um sistema de liquidez administrado pelos Bancos Centrais. E é relevante chamar a atenção para a inexistência de *default* nessas operações que cursaram o CCR. Nunca houve um *default* de operação que tenha cursado pelo mecanismo do CCR. Obviamente, existem operações pequenas, menores — não são operações de grande escala, que têm aval público; são operações de natureza mais privada —, que não transitam pelo CCR, em que, eventualmente, você pode ter tido um ou outro problema de inadimplemento. Mas o inadimplemento nessas operações é muito baixo. O inadimplemento, em 31 de dezembro, era de 0,05% do saldo devedor da carteira.

Então, essas não são operações feitas de maneira irresponsável, sem a devida prudência bancária. Ao contrário, são operações extremamente bem garantidas, especialmente as grandes operações que têm cursado pelo mecanismo do CCR.

Aqui mostra o desempenho do BNDES no ano passado, quanto ao apoio ao pós-embarque.

Como é feita essa operação? Eu preciso desmistificar isso. O BNDES não empresta para um governo estrangeiro; não adianta recursos para um governo estrangeiro comprar produtos. O que o BNDES faz? O BNDES paga em reais, libera reais para o exportador brasileiro, em geral, empresa de construção. Essa empresa de construção e engenharia ganhou um contrato, através de uma licitação internacional, no país, no exterior, e, de posse desse contrato, esse processo gera uma exportação de bens e serviços.



Para essa exportação de bens e serviços, uma vez comprovado que foi feita a exportação, o BNDES libera, em reais, o contravalor dos bens e serviços exportados. Ele paga em reais e recebe em dólares, o que corresponde àquele superávit comercial. Então, ele vai recebendo ao longo do tempo.

Dessa forma, ele está financiando uma exportação de serviços, exatamente como todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento fazem. É o mesmo tipo de sistemática, mas com uma diferença: nós somos mais conservadores, já que países desenvolvidos e a China não só financiam a exportação de seus bens e serviços, mas financiam, também, os gastos locais; eles financiam, inclusive, os gastos locais dos países com quem têm contrato. Então, essa é a diferença nossa: nós temos uma política mais conservadora. Nós nos cingimos ao pagamento: a gente paga em reais, não adianta recursos em moeda estrangeira; a gente paga em reais e recebe em moeda forte.

Esse é o sentido da operação que está explicada aqui. Ela tem uma grande qualidade: é o tipo de operação que gera empregos no Brasil, porque, ao produzir as máquinas e os equipamentos que serão exportados; ao produzir no País o projeto de engenharia, você está empregando engenharia nacional, está empregando produtores de bens e serviços no Brasil para que esses bens e serviços sejam exportados. Então, você está gerando uma expressiva cadeia produtiva, inclusive, de pequenas empresas, que se beneficiam desse tipo de operação.

Esse é o balanço final, Deputado. Eu acho que há um consenso no País sobre a necessidade de expansão do investimento. O investimento é necessário para garantir a sustentabilidade. O BNDES sempre contribuiu, como grande financiador de longo prazo no Brasil, para o aumento do investimento, e tem feito isso com ética e competência.

Nos próximos anos, diante da grande demanda de investimentos — a escala de investimentos deve aumentar —, nós precisaremos que o setor privado nos ajude. Nós somos os principais interessados na agenda de desenvolvimento da capacidade privada de financiar em longo prazo, seja através do mercado de capitais, principalmente, seja através do sistema bancário.

Nós entendemos que essa é uma agenda fundamental. É preciso que o mercado ajude a compartilhar o financiamento de longo prazo, porque essa tarefa é



muito pesada para permanecer estritamente sob a responsabilidade do BNDES. Nós temos aqui, então, uma agenda importante e uma série de iniciativas já tomadas nessa direção, sobre a qual não vou me expandir neste momento.

Muito obrigado a todos pela atenção e estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, pela exposição. Vamos passar agora ao debate.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Carlos Brandão, autor do requerimento de realização desta audiência pública, esclareço aos presentes que as inscrições estão encerradas. Como é de praxe, ao fim da exposição do convidado, nós encerramos as inscrições, em respeito ao convidado e a quem acompanhou a exposição desde o início. Como em todas as audiências públicas, as exposições serão feitas em bloco, para que o convidado possa responder de maneira mais ágil.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Brandão, autor do requerimento de realização desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Sr. Presidente, antes de começar a contar meu tempo, eu gostaria de pedir um esclarecimento à Mesa com relação à informação das audiências públicas, pois só ontem o meu gabinete recebeu a informação de que hoje haveria uma audiência pública. Para nós, que temos uma agenda política no interior, fica difícil nos deslocarmos para cá. Gostaria, portanto, que a Mesa desta Comissão nos informasse da audiência com pelo menos 5 dias de antecedência, para nós nos organizarmos. Eu já perdi uma audiência pública de cujo requerimento era autor e hoje quase perco esta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo a V.Exa., a audiência com o Presidente Luciano Coutinho foi acertada na última quarta-feira, na reunião ordinária, quando houve um comunicado por escrito da assessoria do BNDES mostrando a disponibilidade do Presidente de estar aqui na nossa Comissão, diante da convocação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A data de hoje estaria reservada para o Ministro, mas houve um acordo com a Comissão, o que foi uma proposição desta Presidência, para que o Presidente do BNDES viesse aqui, já que o objetivo inicial era o requerimento de V.Exa. para convidar o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.



Garanto a V.Exa. que, daqui por diante, as audiências públicas serão avisadas com mais antecedência, para que V.Exa. e os demais membros da Comissão possam se preparar.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Sr. Presidente Luciano Coutinho, Sras. e Srs. Deputados, o que nos levou a fazer este requerimento é um grande questionamento que diz respeito à aplicação dos recursos do BNDES.

Eu tenho participado de várias reuniões, dentro e fora do Estado, nas quais os pequenos e médios empresários alegam dificuldade de conseguir recursos junto ao BNDES, tanto por causa da burocracia como por conta da garantia que o Banco exige. Por outro lado, nós vemos a quantidade enorme de investimentos sendo feitos fora do País pelo BNDES, como é o caso do Porto de Mariel, em Cuba, em que foram investidos quase 2 bilhões de reais; o metrô de Caracas e tantos outros investimentos.

O nosso País carece de uma série de investimentos. No setor agrícola, por exemplo, houve um grande desenvolvimento da porteira para dentro. Já da porteira para fora, nós estamos estrangulados: não temos rodovias, não temos ferrovias, não temos grandes investimentos como o Porto de Santos. Ou seja, parece que o Brasil não é prioridade, ou então está sobrando dinheiro. Isso é algo que nos deixa muito preocupados.

Outra coisa é a questão da modalidade da aplicação desses recursos. Na última reunião que tivemos aqui, foi-nos dito que esses recursos são sigilosos. Não consigo entender por que esses recursos... Nós procuramos entender qual é o modelo da licitação, de que forma foram aplicados... Mas os recursos são sigilosos. Mas por que sigilosos, se os recursos são públicos? Por que se tenta esconder a modalidade na qual estão sendo aplicados esses recursos? Isso é algo que nos preocupa, certo?

E eu gostaria de saber de V.Exa. por que não estamos utilizando... No Brasil, hoje, nós todos assistimos a grandes manifestações populares nas ruas: a população clama por mais estrutura, por mobilidade urbana, por saúde, por educação. Essa é uma manifestação espontânea que houve no ano passado e, com certeza, haverá novamente. Há uma grande satisfação. E vejo bilhões e bilhões sendo aplicados lá fora como recursos sigilosos — não conseguimos nem saber



como são aplicados. Quer dizer, parece que está sobrando dinheiro para aplicar no exterior e, para aplicar no País, está faltando.

Outra coisa, Sr. Presidente, que nos preocupa, é o caso, por exemplo, de Mariel, o porto de Cuba. A informação que tive é a de que, 3 meses depois de construído esse porto em Cuba, aportaram nele três navios. Qual é importância desse porto? Como ele vai se viabilizar, para pagar o empréstimo feito para a sua construção? Enquanto isso, aqui nós estamos estrangulados no Porto de Santos. Eu vejo a quantidade de rodovias e ferrovias paralisadas, sem serem construídas, com obras inacabadas e falta de financiamento. Essa é uma coisa que gostaria de saber do nosso Presidente.

Eu tenho aqui em mãos uma série de perguntas muito técnicas. Vou passá-las a V.Sa., porque é até muito maçante ler todas essas perguntas. Eu deixo V.Sa. à vontade para escolher alguma dessas perguntas, porque são várias, a fim de que possa nos colocar a par do que pode ser respondido. Enfim, que V.Sa. possa esclarecer o que a população realmente está querendo saber, que é essa dificuldade de dinheiro para os pequenos e médios empresários brasileiros, a facilidade com que esse dinheiro sai para outros países e a preocupação do Brasil em resolver problemas que não são nossos, como o porto de Cuba, o metrô de Caracas.

Gente, Paris tem 650 quilômetros de metrô, e São Paulo possui 150 quilômetros de metrô. É algo totalmente desproporcional! São Paulo é muito maior do que Paris! Esses investimentos no metrô são investimentos todos em longo prazo, e, a cada ano que passa, o problema se agrava mais. Por que não começamos a pensar logo nisso em longo prazo, já que são obras demoradas? Por que fazer porto em Cuba, porque fazer metrô em Caracas, se a gente precisa tanto de metrô no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia, em Belo Horizonte? Enfim, é um contrasenso.

Eu gostaria que o Sr. Presidente me esclarecesse a esse respeito, e o que mais me está deixando incomodado é essa prioridade no que diz respeito à aplicação desses recursos.

Outra coisa que me deixa muito incomodado é a questão desse sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.



O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Eu vou encerrar aqui, mas antes vou passar os questionamentos às mãos do Sr. Presidente. Se sobrar tempo, porque sei que 5 minutos não são suficientes, solicito que S.Sa. se coloque à disposição para responder alguns questionamentos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Passo a palavra agora ao Deputado Vanderlei Macris, que falará pelo tempo de Líder, pelo tempo de coautor de requerimento e pelo tempo de membro desta Comissão. V.Exa terá até 13 minutos para falar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, talvez eu use menos tempo e, pelo tempo de Líder, fale o Deputado Luiz Carlos Hauly, da minha bancada, que está aqui presente.

Sr. Presidente, senhores colegas Deputados, primeiro, eu gostaria de cumprimentar o Dr. Luciano Coutinho pela presença mais uma vez nesta Comissão e dizer que a sua exposição mostra uma radiografia do BNDES, mas a motivação do depoimento foi a questão do Porto de Mariel, em Cuba. Eu imaginei que V.Sa. fosse discorrer sobre isso na sua exposição.

Mas acho que o Deputado que me antecedeu, o colega de bancada Deputado Brandão, já fez algumas perguntas e encaminhou outras.

Dr. Luciano, uma pergunta para mim é imporrante para que eu possa dar seguimento ao que vou falar em seguida: houve recurso a fundo perdido nesse empréstimo? Houve recurso a fundo perdido do Governo brasileiro no Porto de Mariel? O senhor pode me responder? Não houve recurso a fundo perdido? Só financiamento.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente, o que impõe, inclusive, a interrupção da fala do Deputado Vanderlei Macris.

O Regimento Interno é muito claro: o Regimento Interno prevê que o convidado faça a apresentação e depois responda as perguntas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O convidado vai responder em bloco.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não cabe aqui a inquirição do convidado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Deputado Pepe Vargas pode até ter razão, mas eu me dispus a fazer a pergunta porque isso desencadeia o restante das minhas indagações. Precisava saber se houve ou não dinheiro a fundo perdido para o Porto de Mariel. O Dr. Luciano acabou de responder que não.

Pois bem, a outra pergunta é a seguinte, sobre Mariel ainda: que outras empresas do Brasil, além da Odebrecht, e/ou que outras empresas do exterior participaram da concorrência eventualmente feita pelo Governo cubano para a construção do Porto de Mariel?

Outra pergunta: quais os benefícios diretos e indiretos que já podem ser adequadamente quantificados do apoio dado pelo BNDES ao projeto do Porto de Mariel, em Cuba, *vis-à-vis* as estimativas que se tinha quando a operação foi aprovada, particularmente em termos de exportações diretas de serviços da Odebrecht e de outras empresas brasileiras? E quais são as empresas?

Exportações diretas de bens por empresas brasileiras: qual é o valor dos bens já exportados e que mercadorias foram exportadas? É a pergunta que fazemos.

Qual é a quantidade de empregos gerados para brasileiros, em Cuba e no Brasil, e que pode ser atribuída à operação do Porto de Mariel?

Essas eram as indagações que teria a fazer sobre essa questão específica.

Outra pergunta, Dr. Luciano: o BNDES não entende que, ao contrário do que acontecia no passado, trata-se de uma distorção que ainda hoje o banco oficial, como a grande fonte de financiamento de mais longo prazo na economia brasileira, mobilize recursos públicos de grande magnitude para financiar, subsidiar, sem muita transparência, investimentos privados? As soluções de mercado não deveriam ser privilegiadas?

Outra questão, sobre a tal política de escolha de campeões, levada a cabo pelo BNDES e criticada por grande parte dos analistas econômicos: essa política continua ou não sendo aplicada ao Banco? No que ela é baseada? Quais os critérios para se escolherem setores e empresas? É a indagação que eu gostaria de fazer.



Quais os principais resultados positivos e negativos, por exemplo, do apoio ao grupo empresarial de Eike Batista, que tem problemas no setor de frigoríficos e laticínios também, os quais, na visão do Banco, podem ser atribuídos a essa política?

Como o Banco vê as críticas quase consensuais entre os principais analistas econômicos de que a instituição vem perdendo, durante esse tempo todo, a credibilidade que foi duramente conquistada ao longo dos anos, tendo se transformado, diga-se de passagem, no principal instrumento para viabilizar a chamada “contabilidade criativa” do Governo Federal, que consiste em operações que têm como objetivo comum transformar dívida pública federal em receita corrente do Tesouro Nacional, ou seja, mascarar as contas públicas? Os exemplos são muitos: a participação do Banco no processo de capitalização da PETROBRAS; compras pelo BNDES de recebíveis da Itaipu com pagamento de títulos do Tesouro Nacional; antecipação do recolhimento de dividendos; autorização para distribuição de dividendos antes da constituição de reservas de lucros para futuros aumentos de capital, etc.

Outra questão: que tipo de benefício as operações de contabilidade criativa representam para o cumprimento do objetivo básico do BNDES, ou seja, o apoio financeiro para fomentar projetos de investimento que sejam fundamentais para o desenvolvimento do País? As operações são feitas a pedido do BNDES ou por determinação do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda ou do Presidente da República?

Outra questão: como se explica que, a despeito da montanha de recursos colocados pelo Tesouro no BNDES, a taxa de investimentos no País continue patinando abaixo de 20% do PIB? Os investimentos em infraestrutura econômica são ainda muito reduzidos, a indústria está praticamente estagnada, e a balança comercial se deteriora.

Como o BNDES vê análises que apontam que os recursos do Banco, além de mal aplicados, estão sendo utilizados em função de subsídios meramente para substituir recursos privados, aplicados no mercado financeiro com uma remuneração muito maior do que os cobrados nos financiamentos do Banco?



Dr. Luciano Coutinho, quanto o BNDES tem de participação no capital da PETROBRAS? É a pergunta que gostaria de fazer a V.Sa., porque ainda não está muito claro para a sociedade brasileira o quanto de capital tem o BNDES na PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E como V.Sa. vê Pasadena, sendo positiva a resposta, e qual é o percentual de participação como sócio da PETROBRAS?

Outra questão: o projeto inicial da Refinaria Abreu e Lima era de 4 bilhões, e a previsão era de 45 bilhões de gastos. O BNDES emprestou quase 10 bilhões para Abreu e Lima. Faltou planejamento? Foi feito empréstimo antes do estudo de viabilidade econômica? As informações nós temos, mas eu gostaria de saber a sua opinião como prestador de 10 bilhões para a Abreu e Lima. Como o BNDES aprovou uma proposta dessas, em que estavam previstos investimentos de 4 bilhões? Não houve preocupação do BNDES com o planejamento dessa refinaria, que, depois de gastar tanto quanto já gastou, com uma previsão de 45 bilhões — pelo menos é do que temos informações — ainda não está pronta, e o BNDES colocando 10 bilhões de reais lá? O Banco não fez a avaliação necessária de planejamento de um investimento dessa magnitude? Hoje ainda estamos a ver o término dessas obras da Abreu e Lima. Como V.Sa. vê essa situação da Abreu e Lima também como parte desse processo, uma vez que houve o empréstimo de 10 bilhões de reais?

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente, agradecendo muito a atenção e a presença de S.Sa. nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Passo a palavra ao próximo coautor, Deputado Fernando Francischini.

V.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a sua insistência para que o Presidente do BNDES pudesse estar aqui conosco, respondendo algumas perguntas importantes para nosso País e para alguns Estados também.



Quero, inicialmente, Presidente Luciano Coutinho, perguntar se o senhor conhece o Acórdão nº 1.839, de 2013. *(Pausa.)*

O senhor quer que eu espere, Dr. Luciano? Não?

O senhor conhece o Acórdão nº 1.839, de 2013, do TCU, que fala sobre o BNDES, um acórdão unânime dos Ministros?

Vou ler alguns pontos para ver se o senhor se lembra desse acórdão. Ele fez uma análise operacional sobre o BNDES e trouxe recomendações, as quais queria saber se o senhor as adotou, de 2013 para cá.

A primeira recomenda ao BNDES que *“inclua as principais partes interessadas — os stakeholders — nos resultados pretendidos de seus instrumentos de apoio financeiro”*; segunda, que *“elabore indicadores de aferição de efetividade para os objetivos estratégicos corporativos”*; terceira, que *“defina metas de desempenho de indicadores de efetividade”*; quarta, que *“implante o sistema de monitoramento e avaliação”*; quinta, que *“estenda a todas as áreas operacionais do Banco os objetivos estratégicos de atualização dos processos internos”*; sexta, que *“realize previamente análises de efetividade e estudos de impactos”* dessas ações do BNDES; mais longe, sétima, *“institucionalizar a realização de estudos de avaliação de efetividade e impactos”*, e, oitava, que os divulgue.

Olhe o que o TCU fala, Deputado Macris: *“divulgue para a sociedade em geral, em sua página na Internet e em publicações direcionadas para público externo, os resultados alcançados em termos de efetividade (...) de seus produtos, programas, linhas”*, ou seja, a transparência, e *“formule indicadores de efetividade”*.

O TCU, a nosso ver, estava indicando que faltava uma série de ações. O TCU estava certo ou o TCU errou em 180 graus, mirou um lado e acertou outro? Porque o que ele faz aqui é trazer uma série de falta de indicadores, de sistemas, de estudos e de transparência, e eu nunca vi um banco como o BNDES não ter um estudo como esse. Tinha e o TCU errou? Ou o TCU tinha razão em pedir que o BNDES fizesse isso, já que os empréstimos são subsidiados pelo Tesouro Nacional?

A segunda pergunta, Presidente, é sobre o apoio do BNDES à construção de um novo porto no Uruguai. Há realmente o estudo do BNDES; há a orientação da Presidenta Dilma Rousseff ou do Ministro da Fazenda que o senhor faça novamente



um aporte, um empréstimo internacional para o porto do Uruguai, já que nós temos visto que ele vai influenciar diretamente na competitividade de portos brasileiros que não estão tendo o mesmo aporte de recursos para desenvolvimento, como Paranaguá; portos de Santa Catarina, como Itapoá e Itajaí; do Rio Grande do Sul, como o Rio Grande, e tantos outros? A pergunta é se há o estudo e se há realmente, por parte do BNDES, o intuito de fazer esse empréstimo financeiro para que o Uruguai faça o porto.

E a terceira e última, Sr. Presidente. Fui Relator da Medida Provisória nº 633, que está sendo votada agora no Senado, e nós colocamos dois parágrafos. Queria saber a opinião do senhor sobre esses dois parágrafos. O primeiro diz que os empréstimos do BNDES sejam destinados preferencialmente a empresas brasileiras no Brasil, e a exceção fosse os destinados a bens e serviços para exportação, desde que justificado o interesse nacional.

Até por proposta do Senador Romero Jucá, o interesse nacional foi colocado, já que nós não teríamos, na Oposição, maioria para proibir o empréstimo internacional de valores do Tesouro Nacional via BNDES. Nós tivemos de fazer esse acordo de que fosse uma exceção esses empréstimos internacionais e que se priorizasse o País.

Quero usar meu tempo de Líder também, Deputado Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou adicionar 5 minutos ao tempo do Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O segundo parágrafo, aprovado aqui pela Câmara e que foi para lá também, era sobre o § 8ª da antiga Lei nº 12... Não lembro o restante do número da lei, mas é a lei alterada pela Medida Provisória nº 633, em que colocávamos a obrigatoriedade de o BNDES, mesmo quando houvesse sigilo bancário e fiscal, a cada 3 meses, mandar um extrato ao Congresso Nacional para que ele possa fazer o controle e acompanhamento desses empréstimos, claro, resguardados os sigilos bancário e fiscal, pois não queremos as minúcias. Mas se o senhor é a favor ou contra de, nesses empréstimos... São empréstimos em que, muitas vezes, o BNDES, o Governo, diz que o mais importante é manter a cláusula comercial, que pode tirar competitividade. Se o senhor é a favor



de que o Congresso Nacional tome conhecimento para poder fazer o acompanhamento.

E a quarta e última: nós estivemos, a meu requerimento, na Secretaria do Tesouro Nacional. O Paraná, Presidente Luciano Coutinho, é o único Estado do País que não recebeu ainda nenhum empréstimo do Governo Federal do PROINVEST; o único. Para nossa surpresa, depois de superado, através de liminares do Supremo Tribunal Federal, inclusive, a última, em que o Governo do Estado chegou a pedir a prisão do Sr. Arno Augustin se ele não cumprisse as determinações do Supremo Tribunal Federal de fazer o empréstimo...

Não queremos levar pelo lado político, que a Senadora Gleisi Hoffmann, que era Ministra, pré-candidata a Governadora, e tinha interesse de prejudicar o Governador do Estado. Não queremos presumir nada, mas longos prazos se passaram com esses documentos. E para nós agora chegam ao BNDES, prontos para serem liberados, mas encontram uma dívida do Estado do Paraná de 20 anos atrás e bloqueiam, na boca da liberação, um dinheiro devido ao povo paranaense, que é para a saúde, a segurança e a educação. Uma dívida de mais de 20 anos, Deputado Luiz Carlos Hauly, V.Exa. que está aqui e era o Secretário de Fazenda até poucos dias atrás!

A minha pergunta é: por que o empréstimo do BNDES foi liberado para o Estado quando foi para fazer o estádio da Copa? Quer dizer, para fazer o estádio da Copa, o dinheiro saiu. Mas, por que, para o Estado em si, para serem aplicados nas atividades que se resumem à segurança, saúde, educação, as atividades típicas, o BNDES buscou, no passado, essa dívida do antigo BADEP a fim de impedir a liberação desses recursos? Houve determinação política para que o senhor fizesse isso? Houve alguma área administrativa do Banco, jurídica, indicando esse impedimento?

No caso do estádio de Curitiba, mesmo nós defendendo que a Copa teria de acontecer, que a seleção brasileira não poderia ser misturada com política e com Governo, nós queremos saber por que para o estádio foi liberado e para o Governo do Estado não foi.



Acho que é uma pergunta importante para meu Estado e ficaria muito satisfeito que o senhor pudesse nos dar uma resposta para podermos levar ao nosso Estado.

Eu abro mão, para o bom andamento da nossa Comissão, do término do meu tempo. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra para mais um Deputado coautor, do PT do Rio Grande do Sul, Pepe Vargas.

V.Exa. tem até 5 minutos como coautor e mais 3 minutos como membro da Comissão, ou seja, até 8 minutos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - V.Exa. está me dando os 3 minutos da inscrição de debate?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os 3 minutos de debates.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O.k. Obrigado, Presidente.

Prezado Presidente, Deputado Hugo Motta; prezado Presidente do BNDES, Luciano Coutinho; Deputados presentes, já foi referenciado pelo Deputado Carlos Brandão o problema que as micro e pequenas empresas enfrentam, que é a falta de garantias reais para conseguir financiamentos.

Quando olhamos o desembolso de recursos do BNDES para micro e pequenas empresas, salta aos olhos o grande crescimento de recursos que o BNDES emprestou para micro e pequenas empresas. Inclusive, o Presidente Luciano Coutinho apresentou esse número aqui. Então, não vou repeti-lo, porque todos que estavam aqui viram que aumentaram significativamente os recursos para micro e pequenas empresas. Acho que o Deputado Carlos Brandão fez um questionamento que não depende tanto do BNDES, que é um problema real de muitas pequenas e microempresas: elas não têm garantias reais não só para conseguir financiamento no BNDES, mas para conseguir financiamento em qualquer instituição financeira.

Então, quero fazer uma pergunta nesse sentido: se há algum estudo no momento, no interior do BNDES, para conseguirmos a formatação de um sistema de garantia de créditos para micro e pequenas empresas para que possamos ampliar o acesso a esse segmento. Embora tenha aumentado muito, é verdade que aquelas



que não têm garantias reais têm dificuldade de acesso ao crédito. Mas acho que o BNDES está de parabéns porque, de fato, passou a olhar para micro e pequena empresas.

Eu não vou fazer nenhuma pergunta além dessa. Quero utilizar meu tempo para contrapor algumas coisas que a Oposição vem aqui dizer. Respeito o processo democrático, é com respeito que contradito e tenho aqui o direito de expressar uma posição contrária.

Eu acho lamentável que a Oposição queira fazer uma política de apoio às exportações brasileiras e uma política de relações externas com viés ideológico, com viés de preconceito ideológico. Um país que queira ter uma inserção soberana no mundo não faz política externa e não faz política de apoio a exportações com preconceito ideológico. Quer dizer, se uma empresa brasileira venceu uma licitação internacional e tem uma obra e um serviço de engenharia para fazer, cabe, sim, ao Governo brasileiro, através de sua instituição de fomento... Nós não temos um "Exim Bank", mas o BNDES está cumprindo esse papel, ajudando a economia nacional a melhorar a nossa balança de serviços e gerar empregos aqui dentro do Brasil.

Não é só o BNDES que está fazendo só isso; nós também temos outras ações. A Câmara de Comércio Exterior aprovou inclusive financiamento para países em desenvolvimento comprarem máquinas e equipamentos agrícolas de empresas brasileiras através do Fundo de Garantia às Exportações.

Quer dizer, quando a Oposição questiona isso, chego a ficar com medo. Se houvesse uma situação em que voltássemos ao passado, voltaríamos ao passado quando o BNDES basicamente financiava privatizações, ou seja, a compra de ativos já existentes por grupos nacionais ou internacionais, o que não gerava nenhum emprego novo dentro do Brasil.

Quer dizer, nós estamos vivendo um outro momento, e, neste momento, nós precisamos cada vez mais desse papel ativo do BNDES para financiar a formação bruta de capital fixo dentro Brasil, e ele está fazendo. O programa de sustentação de investimento, entre outros programas e linhas de crédito que o BNDES operacionaliza, tem sido importante para as indústrias brasileiras comprarem máquinas e equipamentos, fazerem investimentos.



Aliás, se não fosse o BNDES, se nós dependêssemos somente do setor privado, que nós queremos, obviamente, que tenha sua participação aumentada no financiamento à formação bruta de capital fixo do nosso País, se não fosse o BNDES, imaginem o nível de investimento que nós teríamos! Seria muito abaixo do que é.

“Ah, mas gera endividamento público; compromete o resultado fiscal do Governo.” Isso é uma falácia, porque o resultado fiscal hoje é muito melhor do que há 10 anos. Nós saímos de uma dívida pública líquida de 60,4% do PIB para 33% ou 34% do PIB. A dívida bruta também vem se mantendo em patamares estáveis; no último período, inclusive, caiu. Mas esse é o argumento.

Fico pensando o que o industrial brasileiro pensa quando ouve a Oposição dizer isso. *“Quer dizer, então, que o BNDES não deve ser capitalizado e não deve emprestar para a indústria nacional, e as empresas brasileiras que atuam no mercado internacional também não têm de ter apoio à exportação”.*

Acho que foi muito bem respondido aqui pelo Presidente Luciano Coutinho, mas eu queria colocar aqui essa questão.

O tema da contabilidade criativa é outra coisa. Acho que a Oposição, de fato, não entende isso. O BNDES ficou muito tempo tendo resultado negativo e, conseqüentemente, não distribuía seus resultados. O BNDES deixou de ter resultado negativo, e, evidentemente, parte de seu resultado aporta ao Tesouro. Ou não deveria aportar? Agora, no tempo em que a Oposição dirigia o nosso País, infelizmente; o BNDES não tinha os resultados positivos que têm hoje.

Então, nós compreendemos que, dentro do debate democrático, cabe à Oposição fazer críticas. Reconhecemos esse direito da Oposição. Mas também reconhecemos o nosso direito de contestar algumas questões que não se sustentam à luz de qualquer questão, como essa que insistentemente vem sendo colocada nesta Comissão.

Deputado Fernando Francischini, não foi só para o Estado do Paraná que o Secretário Arno Augustin concedeu autorização para o financiamento mediante decisão judicial; para o Rio Grande do Sul também. O Estado do Rio Grande do Sul teve que buscar a decisão judicial por uma razão muito simples: porque as normas que a Secretaria do Tesouro Nacional tem para a interpretação da Lei de



Responsabilidade Fiscal não mudaram depois que mudou o Governo, vêm desde a época de Fernando Henrique Cardoso. Desde a época em que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada por esta Casa Legislativa que a interpretação da Secretaria do Tesouro Nacional, ao fazer as análises, para ver se um Estado, se um membro federado, pode ou não pode acessar financiamento, é a mesma, não mudou.

Bom, e o Judiciário...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A velocidade só mudou para o PT; para nós, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado, 1 minuto, para concluir.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não mudou, não, senhor. O senhor disse aqui, outro dia, que o Secretário Arno Augustin dá ao Rio Grande do Sul e não dá ao Paraná. O Rio Grande do Sul também teve que ir ao Judiciário para conseguir, porque a Secretaria do Tesouro discordava do critério de aplicação com despesas de pessoal. O Rio Grande do Sul foi, conseguiu uma liminar, e, graças a essa liminar, fez o financiamento. Aliás, o Paraná fez a mesma coisa. A maioria dos Estados faz a mesma coisa.

O Secretário Arno Augustin já esclareceu isso na reunião da Comissão, mas a Oposição insiste, porque não tem outra coisa para dizer. Isso faz parte do jogo democrático, a gente respeita, mas a gente está aqui exercendo o democrático direito de contraditar.

Então, Presidente Luciano Coutinho, eu deixo aquela primeira pergunta, se existe alguma coisa sendo pensada no Sistema Nacional de Garantias de Crédito para as pequenas e microempresas, porque pelo menos essa questão que o Deputado Carlos Brandão levantou é real. O restante, com todo o respeito...

Nós temos um programa de investimento em logística que chega a mais de 600 bilhões de reais. As concessões que estão acontecendo agora levam em consideração a modicidade tarifária, mas também estão acontecendo. E temos o Programa de Aceleração do Crescimento, que tem mais de 80% de sua execução. A Oposição não concorda com isso, porque defende outro modelo. Reconhecemos esse direito, mas nós temos certeza de que o Brasil está na situação em que está,



mesmo com uma crise muito forte lá fora, graças a essas ações e também graças ao trabalho do BNDES.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Luiz Carlos Hauly, que falará como Líder do PSDB. Acrescido o seu tempo de inscrito como não membro, V.Exa. terá até 8 minutos.

Em seguida, falará o Deputado Vanderlei Siraque e, depois, encerraremos as inscrições, para que o nosso convidado possa responder.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Hauly, por até 8 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente Luciano Coutinho, eu pretendia fazer uma intervenção mais moderada, mas acabamos de ser provocados pelo Líder do PT. Evidentemente, a provocação merece uma resposta, que está sendo dada pela população, que abomina, não aceita esses empréstimos internacionais. E sabemos que é ordem direta do Tesouro Nacional, do Ministro Mantega e da Presidente Dilma.

O BNDES é uma instituição do Estado brasileiro, como é o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. As instituições permanecem, os governantes passam — e há governantes e governantes; há governantes que são estadistas, outros procuram aparelhar o Estado, locupletar-se.

É lamentável o que nós vemos hoje, esta situação que vivemos. Primeiro, a quebra da Federação. Nos últimos anos, acentuou-se aquilo que já vinha acontecendo ao longo dos últimos 30 anos, mas isso se acelerou de uma forma dramática, sendo que Estados e Municípios foram levados à lona.

A União Federal tirou todos os recursos do Estado, não passa nem metade da inflação. Eu tenho todos os números da contabilidade nacional, aquilo com o qual eu mexo há 40 anos. Ano passado, Sr. Presidente, deu menos de 2% os repasses federais para os Estados; no ano anterior, 1,6% — nominal, não real, o que não cobre a inflação.

Em 2012, S.Exa. a Presidente Dilma, chamou todos os Governadores, chamou o Presidente do BNDES, e falou: *“Eu reconheço que houve queda da*



transferência aos Estados, eliminamos a CIDE, as transferências do IPI, do Imposto de Renda, do FPE foram baixas; eu vou dar empréstimo a vocês, porque não posso dar Tesouro porque impacta nas contas públicas.” E ela começou um processo de endividamento dos Estados, tanto que o critério do Proinveste foi o critério do Fundo de Participação, as alíquotas do Fundo, e coube ao Paraná 817 milhões de reais.

Esses 817 milhões de reais, em dezembro de 2012, a papelada estava toda pronta, entregue ao Tesouro Nacional. No mesmo momento, em 2012, já liberava o Tesouro os empréstimos da Arena ProCopa, os empréstimos da acessibilidade de Curitiba para a Copa. Com o mesmo processo foram liberados dois empréstimos; com o mesmo processo foi negado o terceiro, do Proinveste.

Das 27 unidades federadas, todas receberam, todas, menos o Paraná. Todas, menos o Paraná! O Paraná é o patinho feio, porque tem a Ministra Gleisi, hoje a Senadora Gleisi; o Paulo Bernardo; o Gilberto Carvalho. Ora, se o Paraná os acolheu também, é a sua terra, a sua representação, o que se passa? Qual é o problema, se parte dos 817 vai capitalizar o BRDE, que é o agente financeiro do BNDES? Duzentos milhões irão para capitalizar o BRDE, o que já foi feito pelo Rio Grande do Sul e por Santa Catarina, a ajuda ao sistema, porque nossos...

O Paraná coopera. O Paraná, Sr. Presidente, investiu, nesses 3 anos, 30 bilhões, de investimentos novos, industriais. O Paraná cresceu, em 2011, 2012 e 2013, o dobro do crescimento do PIB do Brasil. Será que é isso o que incomoda?

Apesar de tudo isso, o Paraná sobrevive. Apesar da perseguição política, vai depender da reunião de hoje se vamos às Cortes internacionais denunciar o Governo. Eu espero que não necessite. Nós vamos às Cortes internacionais denunciar todos aqueles que perseguem uma Unidade Federada, e um propósito que me parece ser o esvaziamento da Federação, a política de chapéu na mão.

Eu tenho aqui a estatística, dos últimos 30 anos, do esvaziamento dos Estados, dos Municípios. A LRF que nós construímos era para edificar o Brasil, não como instrumento de chicana e barganha. Não!

O Tribunal de Contas da União exarou um parecer, uma resolução, dizendo que a União, de 2008 a 2012, tirou dos Estados e Municípios 191 bilhões. Está lá, aprovado o acórdão. Eu, imediatamente, propus um projeto de lei para ressarcimento, abatimento de dívida e, o que não abater dívidas, 5 anos para pagar.



Não está contabilizado 2013, em que houve perdas também, para Estados e Municípios.

Não vou entrar em empréstimos internacionais, concentração de empréstimos para grandes empresas, JBS, nada. Quero me concentrar na questão dos Estados.

Por outro lado, além de repasses menores do Fundo de Participação de Estados e Municípios, temos a política errática com a PETROBRAS, que derruba a arrecadação dos Estados; a intervenção brutal, grotesca, no setor elétrico, que causa hoje um prejuízo danado, diminuiu a receita dos Estados no ICMS da energia elétrica.

Sabe-se que os Estados têm grande concentração de tributos, energia, combustível e telecomunicações. A dívida, que era para reduzir quando a SELIC foi a 7, ficou com o IGP-DI mais 6 a 9. Hoje, com a SELIC a 11, assim mesmo os Estados pagam mais taxas de juros à União do que ela paga para os seus credores, e do que o BNDES empresta à TJLP e uma pequena taxa. É o dobro! O Estado paga o dobro do que o BNDES cobra de suas empresas.

Então, é importante o BNDES... Não quero falar da Lei Kandir, da CIDE, que foi completamente desprezada etc. Eu quero falar que, se o sistema financeiro está de pé, senhor Líder do Governo, é porque houve uma reestruturação do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, dos bancos estaduais, dos bancos privados, e do próprio BNDES. O seu Governo mesmo emprestou 300 bilhões para o BNDES. E há um prejuízo, já detectado por economistas e agentes, de 99 bilhões, que o Tesouro vai ter nessa operação de crédito de 2009 para cá.

Governo não deveria punir outro Governo. Está certo o Tesouro em fazer o entendimento de acordo com o BNDES. Não o estou condenando. Estou condenando que o Governo condene o Paraná a não ter as suas obras, a não ter a sua liberdade. O Paraná não está pedindo favor. O Paraná exige o seu direito legal, constitucional, de uma Unidade Federada que cumpre as suas ordens, cumpre a legalidade; é mais contribuinte de impostos ao País do que receptor.

O Paraná tem, ao longo da sua história, assumido encargos da União. Veja o SUS: houve uma diminuição de 10 pontos, nos últimos 10 anos, das transferências do SUS para Estados e Municípios, arcada por todos os Estados e Municípios. Veja as transferências das estradas federais do Paraná, que eram federais e passaram



para o Estado, e, em Governos lá atrás, anteriores, privatizaram as estradas. O paranaense foi punido duas vezes: primeiro, porque deixou de ter o dinheiro do Governo Federal nas estradas federais; segundo, porque entram com a mão, com o pedágio, no bolso dos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Então, Sr. Presidente, eu quero me dirigir ao Presidente Luciano Coutinho lembrando que nós fizemos planos de Governo na década de 1980, lá em São Paulo. Estivemos juntos, quando lutávamos contra ditadura — com o democrata Carlos Lessa, o senhor, o Montoro, o Dr. Ulysses, o saudoso José Richa, e outros tantos. Não acredito que o programa BADEP, que é do sistema BNDES, que é programa de empréstimos à empresa, de muitos e muitos anos, poderia impedir o Paraná.

Não há nada contra o BNDES. Eu tenho tudo contra o atual Governo. Não contra V.Sa.; tenho contra o Governo como um todo, a forma. É por isso que somos Oposição num regime democrático.

Não queira nos calar também, como fazem na Venezuela. Não nos coloque na prisão porque somos Oposição. Permita que os Estados Federados possam ter a sua autonomia, não é, Deputado Francischini?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Queremos o que é nosso; o que é nosso de direito. E nós estamos dando contribuição: 30 bilhões de investimentos industrial, 185... Seis mil novos empregos, o melhor ambiente de micro e pequenas empresas do Brasil; 59 cadeias produtivas e incentivadas; o Porto de Paranaguá sob boa gerência, ajudando a exportação e a importação do Brasil. Somos quase o segundo maior produtor de grãos do País. De energia, o maior produtor, 25%; não recebemos um tostão de ICMS da energia exportada do Paraná — exportamos tudo, não recebemos nada. Somos o maior exportador de *commodities*.

Então, Sr. Presidente, aqui eu não quero inquirir o Presidente Luciano Coutinho; eu só quero fazer um pedido e um apelo democrático: libere o Paraná. Nós já tínhamos assinado carta a favor do entendimento com o BNDES, e a dívida do BADEP o Paraná vai assumir. Havia uma dúvida jurídica, mas o Paraná vai



assumir. Está assinado por mim, pela ex-Secretária Dra. Josélia, que é Procuradora do Estado, e resolvemos isso. Um problema a menos na história da Federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Esse problema do Paraná tem sido discutido recorrentemente aqui, pela Comissão, inclusive com a visita ao Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, por uma comissão de Deputados. Esperamos estar contribuindo, Presidente Luciano Coutinho, para que esse imbróglio seja resolvido e venhamos a ter esse Estado da Federação recebendo recursos para melhorar a vida do povo paranaense.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Siraque.

V.Exa. tem até 3 minutos, e confiamos que V.Exa. obedecerá ao tempo, como sempre tem feito nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Para mim, sempre é menos tempo.

Mas é o seguinte: nós gostamos muito do Estado do Paraná, mas deram muita isenção fiscal no passado, entraram na guerra fiscal, e agora está como está.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Permita-me, nós não demos mais nem menos do que nenhum Estado. O senhor me desculpe.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Muita guerra fiscal lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Nem mais nem menos do que o seu Estado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Bom... Agora começa a correr o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V. Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Posso começar?

Primeiro, eu quero elogiar a atuação do Prof. Luciano Coutinho, que, aliás, emprestou o seu nome, como professor, como intelectual, para estar no BNDES já há muito tempo.

As apresentações foram feitas, e, de fato nós observamos que existe aqui, é lógico, o Brasil é um país democrático, tem que ter Situação e Oposição, e nós temos dois grandes projetos para o País: um é desenvolvimento econômico com inclusão social; e o outro é o projeto que faliu em todo o mundo, que é o liberalismo



econômico. Agora, o que eu acho estranho é a Oposição pedindo aumento da tarifa de energia para que o Estado do Paraná possa arrecadar mais tributos; pedindo aumento também do combustível. Quer dizer, então, desse jeito...

Eu acho que isso tem que se deixar claro, inclusive para o candidato que fala que vai aumentar energia, vai aumentar combustível. É isso que foi pedido aqui pelo representante do Paraná. É um direito da Oposição, pedir.

Falaram de taxa Selic. Quando nós assumimos o Governo, estava em torno de 25%; agora, está em torno de 10%. A inflação estava a 12%; agora, dizem que está alta, está quase 6%, menos da metade.

Também sobre o metrô, eu ouvi alguém falando de metrô em São Paulo, em outros Estados. Olha, em São Paulo, dá dinheiro para o metrô, vai para o bolso do Robson Marinho, do Tribunal de Contas, e isso pegou três governos do PSDB do Estado de São Paulo, Pepe — três! Pegou Secretários do Covas, Secretários do Serra e Secretários do Alckmin, desvio de recursos por um cartel, que está sendo investigado, pelo Ministério Público, até porque em São Paulo não pode ter CPI; só pode ter aqui, lá não pode ter CPI. O cartel acho que atuava antes e continua atuando, no Estado de São Paulo, para que não tenha CPI.

Também já foi falado aqui do Estado do Paraná. É a mesma situação do Estado do Rio Grande do Sul: as normas feitas pelo Governo anterior, até para que os Estados não se endividassem. Agora, os Estados estão se endividando porque certamente receberam mais empréstimos do Governo Federal.

Eu não sei por que eles estão falando, porque nunca antes — falando do Lula — na história do País os Municípios foram tão beneficiados como no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Inclusive receberam 18 mil equipamentos, até porque os Governos dos Estados não fazem nada quando é prefeito da Oposição. Aqui não se olhou nenhum partido; foram 5.400 Municípios.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Foram beneficiados porque a Presidente Dilma não pôde (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Alguns Deputados fazem requerimentos, convocam Ministros e, depois, não ficam nem na sessão. A Oposição faz pergunta, e sai; não fica nem na sessão.



Por exemplo, não foi financiada nenhuma empresa estrangeira pelo BNDES; não foi financiado nenhum governo estrangeiro. Foram financiadas empresas nacionais, diferentemente do Governo anterior, que financiava telefônicas da vida, que queria mudar o nome da PETROBRAS para PETROBRAX, que financiava a venda de empresas brasileiras para grupos estrangeiros. Essa é a diferença.

A PETROBRAS valia 15 bilhões de dólares; hoje vale 200 bilhões de dólares. Vocês sabiam do pré-sal, todo mundo sabia do pré-sal, e vocês queriam vender para alguma empresa estrangeira descobrir e, depois, alguém dividir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Siraque, V.Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Não fala de PETROBRAS aqui, Siraque. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Nós falamos inclusive com muito orgulho, porque enquanto vocês queriam acabar com a PETROBRAS, nós estamos...

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - A PETROBRAS valia 500 bilhões, hoje vale 250.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - A PETROBRAS valia 15 bilhões de dólares. Pelo menos, se fosse vendida, seria por esse valor, a PETROBRAX.

Agora, é modelo, é um direito. O nosso Deputado do Paraná pode ficar tranquilo que aqui se garante o direito de manifestação, de oposição. Só que nas campanhas eleitorais vão ter que falar a verdade: querem aumentar a tarifa de energia, aumentar o combustível e não vão mais financiar empresas brasileiras para exportar. Vão ter que dizer isso. Espero que o Aécio Neves diga isso, e que a Marina não será mais ambientalista lá para o outro candidato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Vanderlei Siraque, agradeço a V.Exa. Vamos passar agora para o convidado responder os questionamentos...

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - A Dilma não pôde ir nem na reunião dos prefeitos, Siraque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos deixar tempo livre para V.Sa., já que até excedemos o número de participantes por bloco, mas para que



fizéssemos de maneira mais prática, tanto para a Comissão produzir como também sabemos que a agenda de V.Sa. é atribulada.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Excelentíssimos Deputados, queria agradecer a V.Exas. pelas perguntas, e vou tentar respondê-las da maneira mais objetiva possível. Além disso, me coloco à disposição dos Deputados que queiram depois interagir, para aprofundar.

Eu recebi aqui as perguntas do Deputado Brandão. Então, certos detalhes poderão ser informados posteriormente. Mas eu gostaria de responder o seguinte, Deputado: V.Exa. levantou vários pontos, e começou com a questão das dificuldades de crédito para médias e pequenas empresas.

Nós temos, como V.Exa. sabe, um orgulho grande de ter conseguido aumentar substancialmente os empréstimos do BNDES a micro, pequenas e médias empresas. Eu já expliquei que, graças ao nosso Cartão BNDES, que já são cerca de 600 mil cartões emitidos, nós temos conseguido incluir empresas — são mais de 250 mil empresas — que nunca tiveram acesso a crédito, e que têm se beneficiado.

Eu queria lembrar que a operação média dentro do Cartão é de 14 mil a 15 mil reais. Então, estamos falando realmente de empresas muito pequenas, empresas de pequeno porte, haja vista o valor médio da operação; mais de 1 milhão de operações no passado, de pequena escala, cerca de 10 bilhões de desembolso.

Então, essa é uma ferramenta muito importante para um banco que, como o BNDES, é um banco de atacado. É um banco que não tem rede de varejo e, portanto, ele não pode ser comparado aos outros bancos de varejo. Não obstante isso, nós conseguimos realizar, no ano passado, 63,5 bilhões de créditos para micro, pequenas e médias empresas.

Reconheço, porém, que há dificuldade de acesso a crédito por parte das pequenas e das médias empresas. As dificuldades são de várias naturezas. Primeiro, como banco público, nós somos obrigados, pela Constituição, a só poder operar com empresas com CND. Então, essa é uma restrição, especialmente o CND previdenciário, que restringe a possibilidade de bancos públicos poderem dar crédito especialmente a empresas que não recolheram os encargos e, portanto, há implicitamente uma apropriação indébita. Isso é considerado, constitucionalmente,



um impedimento para que ela possa alocar. Mas esse é um problema da vida. Nós estamos buscando aperfeiçoar condições para reduzir o custo de crédito e ampliar mais o crédito para pequenas e médias empresas.

Dentre essas iniciativas, o Deputado André Vargas perguntou aqui... Pepe Vargas — desculpe, Pepe — perguntou aqui...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUCIANO COUTINHO - Nós temos uma iniciativa importante, que é o Fundo Garantidor de Investimentos. O Fundo Garantidor de Investimentos é um fundo criado pelo BNDES que tem um patrimônio importante e tem conseguido garantir um volume crescente de operações a pequenas e médias empresas — nós já estamos com a escala de cerca de 5 bilhões em operações garantidas, e é um fundo que tem uma série de gatilhos que impedem que ele seja vítima de operações oportunistas. Ele é um fundo que foi concebido de maneira eficiente em termos de regras bancárias.

Nós estamos muito confiantes nessa inovação importante e, neste momento, estamos desenvolvendo um projeto para que esse fundo garantidor de investimentos possa ser compartilhado com todo o setor bancário privado brasileiro.

Trata-se de uma inovação. Nós estamos trabalhando a tecnologia de informação e queremos, num futuro próximo, discutir com o sistema bancário a utilização dessa ferramenta como forma de ampliação do acesso e redução do custo de crédito à pequena e média empresa principalmente. Então, nós compartilhamos uma grande preocupação com essa questão.

Achamos que a iniciativa recente de reabertura do REFIS ajudará na questão da CND — Certidão Negativa de Débito, e, portanto, isso cria novas oportunidades para que empresas de médio e pequeno porte possam acessar o mercado crédito. Considero essa uma necessidade relevante para o nosso trabalho.

Ainda, Deputado Carlos Brandão, eu gostaria de responder ao senhor a respeito das operações ligadas ao projeto Porto de Mariel, em Cuba.

Eu quero, primeiro, Deputado, esclarecer que nós não aplicamos nenhum centavo no exterior. V.Exa. disse: “*Esse é um dinheiro aplicado lá fora*”. Não. Todo o recurso do BNDES foi aplicado dentro do Brasil. Nós desembolsamos, em reais, para financiar o exportador brasileiro de bens, equipamentos e serviços exportados



para o exterior e serão pagos, a prazo, pelo recipiente, em moeda forte. Então, nós geramos um ingresso de recursos em moeda forte e fazemos um pagamento, em reais, no país.

Nesse caso específico, primeiro, esse é um financiamento normal. Ele tem os custos de risco de crédito, passou regularmente por todas as instâncias, passou pelo COFIG — Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações; obteve a aprovação da CAMEX — Câmara de Comércio Exterior; obteve seguro. Não há nada de extraordinário na tramitação desse projeto. Não há recurso algum a fundo perdido envolvido nessa operação. É uma operação normal de exportação.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Dr. Luciano, quando eu falo de aplicação em recurso lá fora, eu quis dizer que esse investimento está beneficiando Cuba. Enquanto isso, deixa muito a desejar em relação ao Porto de Paranoá, Porto de Itajaí, Porto de Santos.

A minha pergunta é: por que não? Estamos todos estrangulados. Por que não investirmos, priorizarmos? É questão de prioridade, não é questão de... Acho que fui mal-entendido.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Pois não, Deputado. Eu queria dizer, primeiro, que esses financiamentos ao exterior, essa modalidade de pós-embarque representa menos de 3% do desembolso do BNDES. No ano passado, 2,6%. Significa que 97,6% foram para o Brasil. Segundo, mesmo essa fração é dirigida ao exportador brasileiro. Então, está gerando emprego, renda e tributos no Brasil.

No caso de Mariel, por exemplo, além dos grandes equipamentos, há a cadeia produtora de bens. São muitos equipamentos, todos produzidos no Brasil, envolvendo 194 produtores de equipamentos, 213 prestadores de serviço de engenharia. Ao todo, 427 empresas participaram dessa exportação. Isso significa empregos diretos e indiretos de mais de 160 mil pessoas no Brasil.

Então, a exportação de serviço de engenharia é nobre. Poucos países têm capacidade em serviço de engenharia e construção. É um serviço intensivo em conhecimento, agrega empregos de alta qualidade no Brasil. Então, ela é uma fração pequena.

Com relação ao nosso apoio a investimentos em portos no Brasil, nós temos projetos aprovados na nossa carteira, já em curso, na escala de 14,8 bilhões. Isso é



um crédito do BNDES, alavancando 20,5 bilhões de investimentos em portos brasileiros no momento.

Temos uma perspectiva muito grande de projetos em portos. Então, eu queria mostrar que nós estamos cuidando dos nossos portos e esperamos, nos próximos anos, acelerar os investimentos em portos. Existem vários projetos sendo analisados, e não há dúvida nenhuma de que precisamos acelerar os investimentos nas estruturas portuárias no sul do País — Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina — que são importantes e relevantes para a exportação e para a importação.

Já que estamos falando de portos, aproveito para esclarecer também que nós não temos — aí esclareço ao Deputado Francischini —, no momento, nenhuma consulta apresentada pelo Uruguai. Eu não conheço o projeto. Certamente, para justificar um porto é preciso olhar de onde vem a carga, qual é o tamanho e é preciso que haja uma licitação, que haja uma empresa vencedora, que essa empresa seja brasileira. Enfim, nós ainda estamos em um momento...

Agora, obviamente, nós temos que preparar a nossa estrutura e ter uma estrutura competitiva de portos. O BNDES trabalhou muito para estruturar projetos e portos e está aberto e desejoso de apoiar firmemente os investimentos no sistema portuário brasileiro.

Esse o esclarecimento que eu posso dar.

Quanto ao que o Deputado Carlos Brandão questionou — V.Exa. fez várias questões aqui —, eu acho que respondi a respeito da exportação de serviços. V.Exa. perguntou a respeito da escolha da empresa. Na verdade, eu não sei como o Governo cubano operou a escolha, mas o sistema de escolha cubano provavelmente é de uma lista. Ele deve comparar e fazer uma escolha administrativa que é diferente do nosso sistema de licitações.

Mas isso é uma questão de soberania. Eu não posso questionar a forma como um governo soberanamente escolhe em seu próprio... Lembre-se de que ele está fazendo uma escolha onerosa para si, e eu presumo que essa escolha é feita com a máxima racionalidade, em função do fato de que o Estado cubano é um Estado sob pressão e que precisa usar os seus recursos da forma mais eficiente possível.



Esse empréstimo é devidamente monitorado. O BNDES acompanha e verifica todo o processo de exportação. Existe auditoria internacional contratada semestralmente que audita todo o processo. Então, nós temos as condições de esclarecer detalhadamente toda a sistemática utilizada nessa exportação.

V.Exa. fez uma série de perguntas a respeito de transparência. Eu quero lhe dizer que o BNDES publica todas as suas operações no *site*. Todas as suas operações. Não há nenhuma operação secreta no BNDES. Todas as suas operações têm a sua ementa publicada.

Nós temos, porém, que resguardar o sigilo bancário. Não podemos devassar a intimidade financeira das empresas. Isso é um princípio elementar a ser observado. Em alguns casos, a exportação, as operações com o exterior são revestidas de um sigilo que a lei brasileira acolhe. Inclusive na lei de transparência. É possível fazer exceções e, nesse caso, o volume, o valor total da operação está disponível. É uma operação em que o valor financiado tem um percentual mínimo do... Aliás, mais do que nós financiamos do projeto inteiro, porque parte do projeto é financiado com recursos próprios de Cuba, 100% do que a gente financiou é gasto aqui no Brasil, mas, mesmo a parte que é custeada por Cuba, há um pedaço que é comprado no Brasil, 85% desse projeto reverteu em exportações brasileiras.

Então, nós teremos a satisfação de lhe dar essas informações por escrito, ou, se V.Exa. quiser, dar a honra de uma visita ao Banco, poderemos discutir detalhadamente todos os aspectos dessa operação.

O Deputado Vanderlei Macris fez essa pergunta, e eu acho que a respondi em parte quando estava respondendo ao Deputado Carlos Brandão.

Com relação, Deputado, ao financiamento a empresas, à internacionalização de empresas brasileiras, eu queria dizer que essa é uma política feita com todo o critério, reconhecendo o fato de que o Brasil tinha setores competitivos importantes, com grande potencial, sem ter empresas internacionais.

V.Exa. deve saber que as empresas americanas se internacionalizaram nos anos 50, as europeias se internacionalizaram nos anos 60, as japonesas nos anos 70, as coreanas começaram nos anos 80 e 90. Na década passada, as empresas chinesas e indianas começaram a se internacionalizar.



O Brasil, quinta economia, oitava, sétima economia do mundo, praticamente não dispunha de empresas de porte internacional. Em que setores seria possível desenvolver essas empresas? Nos setores com grande potencial competitivo ou com competitividade já estabelecida.

Então, o fato de o Brasil ter hoje empresas competitivas internacionais na área de agronegócio (suco de laranja), na área de celulose e na área de proteínas, é um reflexo da capacidade competitiva e da nossa capacidade de ocupar mercados internacionais em vários quadrantes do globo.

Nós temos também na petroquímica uma grande empresa internacional. Temos na área de cimento, hoje, empresas internacionais. Então, há um conjunto de setores onde o Brasil desenvolveu, com uma série de condições, a oportunidade de ter empresas com presença internacional.

A presença dessas empresas é relevante para o Brasil porque elas geram exportações para o País, elas concentram no Brasil centros de decisões e elas nos permitem participar do jogo global, porque, na maioria desses setores, a formação de preços, o comércio, se dá em um embate internacional.

O Brasil tinha a Vale do Rio Doce, a PETROBRAS e a EMBRAER. Hoje possui um conjunto maior. Essa agenda, infelizmente, não tem outros setores. Nós realizamos essa agenda dentro do possível — desenvolver e internacionalizar empresas em setores competitivos.

E aí eu queria lhe explicar que ela foi feita de forma bem-sucedida e estritamente a custo de mercado. A BNDESPAR é uma subsidiária do BNDES apartada. É uma subsidiária que tem uma grande carteira de ações. Essa carteira gira. Ela vende participações maduras, faz recursos com lucro para aplicar em novas operações, em estritas condições de mercado, com remuneração de mercado. Portanto, nós não usamos recursos em TJLP, recursos do Tesouro, para essas operações, como é, errônea e repetidamente, veiculado por vários articulistas, etc. Isso não é verdade.

A BNDESPAR, por exemplo, gerou, de caixa livre, nos últimos anos, mais de 15 bilhões de reais. Ela tem capacidade de gerar. Ela é uma empresa lucrativa, fez resultados, nos últimos anos, de 27 bilhões acumulados. Então, ela é uma subsidiária lucrativa do Banco, que contribui para a rentabilidade do Banco, e essas



operações em conjunto foram muito lucrativas e bem-sucedidas. Claro que houve um número grande de operações, houve um ou outro caso de insucesso. Mas precisamos lembrar que, em 200 casos, houve 198 casos de sucesso e pode ter tido dois casos de insucesso. Os casos de sucesso, de longe, geraram resultados muito expressivos, que justificam a política.

Infelizmente, ela é, por falta de alternativas... Porque o Brasil não construiu uma capacidade competitiva em setores avançados da manufatura. Então, com a extinção da EMBRAER, nós não temos empresas competitivas ainda. Teremos que construir empresas competitivas em manufatura e serviços. Aliás, diga-se de passagem, em serviços, sim, em *software*, nós temos algumas empresas internacionais importantes que apoiamos e também nos orgulham. Então, aqui existe também essa exceção importante.

Essa é a explicação para as perguntas de V.Exa., dos critérios e das razões para o financiamento às empresas.

No que diz respeito ao Grupo X, ela não fez parte dessa política de internacionalização. Não tem nada a ver. O Grupo X tinha investimentos no Brasil, a maior parte deles ligados à energia, infraestrutura, ao petróleo e gás. Como todo mundo sabe, o que deu errado foi a área de óleo e gás, que fez ruir toda a estrutura do Grupo X. Mas, como todos os outros projetos do Grupo X na área de infraestrutura e na área de energia eram saudáveis, foi possível reestruturar, de maneira bem-sucedida, todas as dificuldades. De forma que hoje esses negócios foram adquiridos por outros investidores, que estão tocando e completarão os projetos. Então, nós conseguimos equacionar, salvo a situação da empresa de petróleo, a qual não foi financiada por nós, não teve recursos nossos.

Bom, Deputado Vanderlei, eu também gostaria de esclarecer que não é bem verdadeira a afirmação de que a taxa de investimento não subiu. A taxa de investimento sobre o PIB vinha em torno de 15%, 16%, desde o fim dos anos 90, início dos anos 2000. Ela subiu agora para algo entre 18% e 19%. Então, agregou três pontos de percentagem do PIB. Subiu. É pouco? É. Eu gostaria de ter mais investimento sobre o PIB e creio que é um consenso nacional ter mais investimento sobre o PIB.



V.Exa., em algum momento, disse: *“Recursos mal aplicados”*. Aí, Deputado, perdoe-me, mas eu divirjo totalmente. Eu acho que os nossos recursos foram muito bem aplicados, o BNDES é um banco lucrativo e tem as mais baixas taxas de inadimplência. E eu não estou comparando só com o sistema bancário do Brasil, mas estou comparando internacionalmente, inclusive com os outros bancos de desenvolvimento. Então, nós temos uma baixíssima taxa de inadimplência, o que mostra o zelo, o cuidado, e o rigor que os técnicos do Banco, que só decidem através de processos colegiados, compartilhados, têm na aplicação dos recursos públicos, especialmente os recursos que vêm do Tesouro Nacional. Aliás, esses recursos são objeto de relatórios trimestrais e semestrais ao Senado Federal e são, transparentemente, explicitados. Essas são as explicações.

Quanto à nossa participação na PETROBRAS, eu tenho aproximadamente algo um pouco abaixo de 9%. Depois, posso lhe dar o percentual preciso. Nós temos...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso na Abreu e Lima?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não. O senhor perguntou a participação acionária...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Na PETROBRAS.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Na empresa. Ela é fundamentalmente de ações preferenciais. Eu posso dar depois a informação a V.Exa.

V.Exa. apresentou outras duas questões sobre...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pasadena e Abreu e Lima.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sobre Pasadena, eu não vou comentar, porque não me diz respeito diretamente. Ela foi explicitada aqui tanto pelo ex-Presidente quanto pela atual Presidente.

Sobre o empréstimo à refinaria, esse empréstimo foi feito em 2009, no auge da crise, e o Banco, nas suas cláusulas, restringiu. Todo o aumento de custos teve que ser arcado pela empresa. Nós não financiamos, digamos assim, além daquilo que foi originalmente acordado com a empresa. Então, essa é uma questão...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Qual é o valor? São 10 bilhões mesmo? Dez bilhões do BNDES para a Abreu e Lima?



O SR. LUCIANO COUTINHO - Sim. Nós poderemos também lhe dar depois informação detalhada sobre o empréstimo feito para a RNEST. É um pouco abaixo de 10 bi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nesse caso, o BNDES não tem nenhuma responsabilidade? Emprestou, vai receber o...

O SR. LUCIANO COUTINHO - O BNDES tem recebido, mas não perfeitamente em dia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E não tem nada a ver com o planejamento? Como foi planejado, mal planejado, bem planejado? Não estudou?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Eu acredito que essas questões relativas ao estouro orçamentário devem ser dirigidas à PETROBRAS. Eu não posso, por razões, entrar nesse detalhe do acompanhamento do Banco...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permita-me, só para concluir.

Houve uma atenção do BNDES no projeto, no planejamento dessa refinaria, quando foi fazer o empréstimo? Eu tenho a impressão de que o BNDES se debruçou num projeto, para poder viabilizar um empréstimo.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sim, o BNDES olhou o projeto, e, ao longo da sua execução, o projeto sofreu uma série de aumentos de custo, começando por terraplenagem, essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu só gostaria, Deputado Vanderlei, de pedir que a réplica seja em seguida.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Mas eu não tenho condições, Deputado, de esclarecer as razões em relação ao aumento do custo do projeto. É reconhecido que o custo do projeto aumentou.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permite-me, Presidente? Deputado Pepe, eu libero a minha réplica. Não vou fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Então, fala como réplica já.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, fica na réplica. Só para dizer, Presidente, que eu imagino que, em um empréstimo de 10 bilhões de reais para um projeto de refinaria, todos os técnicos do BNDES tenham se debruçado num projeto como esse, para dizer: *"Olha, há viabilidade de um empréstimo, e o BNDES vai entrar com 10 bilhões de reais"*. Agora, esse projeto está todo torto. E há



um processo de deterioração da proposta original, em função dos gastos que vêm quadruplicando, ao longo dos últimos meses.

O BNDES não teve a atenção necessária para imaginar que o projeto foi malfeito ou mal-elaborado? Não existe esse diagnóstico na avaliação do projeto, por parte do BNDES, quando resolve colocar 10 bilhões de reais dentro dessa refinaria?

Só isso.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, o projeto foi analisado e, entre a análise e a execução, houve uma série de percalços. Então, o que eu não posso, porque eu não tenho elementos, e sim a empresa, é dar a V.Exa. as razões dessa discrepância. É o que eu posso dizer.

Agora, respondendo ao Deputado Francischini...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Ele já saiu. Saiu agora mesmo.

O SR. LUCIANO COUTINHO - É uma pena. O Deputado leu aqui um acórdão do TCU que eu gostaria de esclarecer. Ele não está aqui, mas eu gostaria de esclarecer para os outros Deputados presentes que as observações dele do que o TCU nos fez são coincidentes com a política do Banco. Nós já vínhamos começando um esforço de avaliação de efetividade, de monitoramento de resultados, inclusive de contratação de estudos por terceiros independentes para avaliar efetividade das políticas do Banco.

Acho que aqui o TCU deu uma colaboração que veio se somar ao planejamento estratégico do Banco de forma construtiva, e não há nada, nessas recomendações, ofensivo ou detrimenais ao Banco.

O Deputado Francischini está aqui. Ele voltou. Eu estava explicando, Deputado, sobre a questão do acórdão do TCU. Esse foi um processo interativo com o Banco, a maior parte dessas iniciativas já estava em curso no Banco, e essas sugestões foram acolhidas de maneira muito positiva, porque correspondiam a uma compreensão do planejamento do Banco quanto à avaliação de efetividade, inclusive com a contratação de estudos independentes por terceiros a respeito da eficácia das políticas da instituição.

Então, não há nada de extraordinário nessa atuação. Aliás, esse é o lado positivo da atuação do TCU, a atuação em que ele busca aperfeiçoar a governança, aperfeiçoar os aspectos de operação das instituições.



Sobre o Porto do Uruguai, eu já falei.

Sobre a MP 633, V.Exa. disse: *“Olha, eu coloquei o dispositivo para que possa ter exportação desde que de interesse nacional”*. Eu queria aqui lembrar que no caso do PSI — que nós estamos cuidando (*ininteligível*) — todas as operações são de pré-embarque.

Pré-embarque é aquela operação em que a gente financia a produção do bem de capital no País. Como esses bens de capital exportados têm um longo ciclo de produção — estamos falando de navios, de locomotivas, de aeronaves —, o capital de giro necessário é pesado. Então, as operações de pré-embarque para exportação financiam um ciclo produtivo no Brasil. Um equivalente diferente, uma operação de ACC — Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, só que é mais longa e mais adaptada às características do setor de bens e capital.

Então, o senhor pode ficar tranquilo que, nessa linha, não há o pós-embarque, que é operação para o exterior, embora eu considere que toda operação para o exterior seja intrinsecamente positiva para o interesse nacional, porque nós estamos gerando divisas, gerando empregos no País, remunerando em reais e gerando divisas. Então, ela não é uma operação contrária aos interesses nacionais. Mas, no caso específico da 633, há essa característica.

A respeito do Paraná, que V.Exa. e o nosso querido Deputado Luiz Carlos Hauly perguntaram, quero, primeiro, tranquilizá-los, dizendo o seguinte: *“Ninguém está acima da lei e da Justiça”*. O BNDES tem um contrato do Proinveste. O BNDES aprovou normalmente, e, uma vez que a Justiça determinou, não nos cabe questionar uma decisão judicial.

O que eu tenho aqui é que essa liminar, pelo que me consta, foi dada na semana passada. Eu estava, inclusive, em viagem ao exterior. O Governador me ligou, e eu não pude retornar. Pedi ao nosso Vice-Presidente que falasse com ele. Mas eu vou falar com o Governador, e nós vamos... É normal que a gente faça... E eu tenho inteira confiança... V.Exa. foi Secretário da Fazenda, nós tivemos a oportunidade de interagir em vários momentos. Eu quero aqui manifestar minha inteira confiança no cumprimento, também pelo Paraná, dos nossos entendimentos em relação ao BADEP e tal. Acho que isso não será aqui matéria para nenhuma



atitude. Nem poderia ser, porque nós não podemos nos colocar acima da lei e da Justiça.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sai então o empréstimo, Presidente, esta semana? Podemos contar?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Olha, o empréstimo está... O Proinveste Paraná já está contratado. Ele estava pendente de uma discussão — V.Exa. tem conhecimento — em relação ao percentual, se estava cumprindo ou não. Isso é que levou...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - (*Ininteligível*) então o senhor não vai considerar como uma restrição para fazer esse empréstimo?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não. Eu vou considerar que o Estado do Paraná cumprirá, como sempre demonstrou em todos os momentos e como aqui o nosso Deputado reiterou, o que a gente acordou de cavalheiros, que é fazer...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Em seguida vai haver a réplica.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Só para resolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Então, use como réplica.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Isso. Só para encerrar o assunto.

Merece destaque um editorial do *Gazeta do Povo*. A *Gazeta* é um jornal conservador, que sempre pondera muito. Esse jornal disse que agora passou do ponto. É óbvio que nós temos uma pendência do BADEP de mais de 20 anos, como todos os Estados tiveram, uma massa falida, liquidada, numa época em que realmente os bancos estaduais, regionais, foram quase todos liquidados, com exceção de alguns.

Segundo, o BNDES também é sócio da COPEL — Companhia Paranaense de Energia, tem uma quantidade expressiva de ações da COPEL, e as nossas parcerias com o BNDES se refletem tanto pela Paraná Fomento, que é um agente financeiro, como pelo BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, do qual somos sócios, com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse banco regional tem operado uma carteira de mais de 1 bilhão por ano só em Curitiba.



Quanto a esse empréstimo, com a sua palavra aqui hoje, ficamos tranquilos. Nós vamos ligar, eu e o Deputado Francischini, ao Governador para que converse com o senhor e esclareça. A carta com relação ao BNDES, ao BADEP, eu já tinha deixado assinada e a Dra. Josélia também. Estava em uma briga de taxa, mas os valores já estavam praticamente acertados. Acho que fazendo o entendimento com o Governador imediatamente resolve, viramos a página e vamos para outra briga. Eu acho que essa realmente esgotou todo mundo. Um dos motivos que criou bastante estresse do Paraná com o Governo foi todo esse processo longo.

Eu pego o caso do Rio Grande do Sul, o Estado do colega Deputado, que tem uma dívida três vezes maior que a do Paraná. O Paraná tem o menor endividamento do País, pelo tamanho do Estado, quinta economia.

Nós cumprimos todos esses detalhes da Lei de Responsabilidade Fiscal. Finalmente, veio o Supremo. Eu invoquei a sua condição como democrata que sempre foi. A gente precisa realmente encerrar esse assunto, Deputado Pepe. V.Exa. mesmo se comprometeu com isso naquela audiência. Eu acho que agora, com o Presidente do BNDES aqui, Deputado Francischini, a gente encerra essa novela. Vamos partir para outra briga. Eu acho que nós temos muito pelo que brigar pela frente, mas por outras coisas, não com problema de empréstimo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Para eu fazer a minha réplica.

Só quero ler um trecho do editorial da *Gazeta do Povo*, para o senhor entender até onde chegou tudo isso. Um trecho bem curto.

O editorial da *Gazeta do Povo*, o maior jornal do Estado, diz:

“Se a questão é a dívida do BADEP com o BNDES — o que pode ser questionável uma vez que o fato não foi impeditivo para que o BNDES emprestasse R\$ 131 milhões para a Paraná Fomento financiar a reforma da Arena” — que é o estádio do Atlético — “o governo estadual já demonstrou disposição em quitá-la”.

O Governador já tinha se comprometido. É uma dívida de mais de 20 anos. Acho que essa audiência avançou justamente pela sua presença e a sua palavra de que um entendimento com o Governador vai botar um ponto final. É o último Estado



da Federação a obter verba do Proinveste, o que não é um favor, e o senhor sabe disso. É um direito que o povo paranaense tem. Por isso, a gente tem brigado tanto por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - V.Sa. com a palavra.

O SR. LUCIANO COUTINHO - A nossa postura — acho que a postura tem sido republicana — em não discriminar nenhuma entidade da Federação por razões que não tenham fundamentação legal.

Eu gostaria de me colocar à disposição dos senhores, esclarecer perguntas e prestar outras informações complementares. Quero dizer à Comissão que nós estamos sempre à disposição para vir aqui e que a minha impossibilidade de comparecimento anterior ocorreu porque eu estava em viagem. Então, eu tive que pedir ao nosso Vice-Presidente...

Por favor, não é a primeira e nem será a última vez que eu me disponho a vir a esta Comissão ou a outras Comissões da Câmara e/ou do Senado.

Gostaria de concluir a minha apresentação com uma mensagem otimista.

Nós temos um processo recente, computamos um novo panorama de investimento para o quadriênio. Nós fazemos esse processo a cada semestre. Nós temos os primeiros sinais de recuperação da demanda de investimentos. O quadriênio 2014-2017, no levantamento anterior, estava dando um investimento de 3 trilhões e 900 bilhões; e este último levantamento mostra uma demanda superior a 4 trilhões. Então, nós temos aqui indicações de que o ciclo de incertezas que começou um ano atrás, em maio do ano passado, quando o Bernanke que fez o discurso de mudança, quando a taxa de câmbio depreciou e criou grande volatilidade no mercado cambial brasileiro, essa circunstância fez reduzir a demanda de projetos de investimento. Mas acredito que nos últimos 2 ou 3 meses, com a estabilização da taxa de câmbio e a compreensão de que a nossa economia tem bons fundamentos, de que nós temos um Banco Central capacitado para manter a inflação sob controle, esse processo começa a decantar, e os investidores internacionais, especialmente os investidores em infraestrutura e os investidores em outros setores que têm uma visão de médio e longo prazos, continuam apostando no Brasil. E isso se deve graças, em parte, ao programa de concessões, que está acelerando os



investimentos em logística e infraestrutura, e graças a uma reavaliação dos investidores internacionais.

Eu acabo de retornar de uma viagem ao exterior e noto que esse período está passando, que essa queda de interesse já está sendo revertida.

Gostaria de deixar essa visão porque essa apresentação não contém o nosso último estudo prospectivo de investimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Temos ainda mais dois Deputados. Consultarei se querem fazer réplica.

Deputado Pepe Vargas, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Quero apenas esclarecer definitivamente esse assunto dos financiamentos que os Estados estão tomando.

Tem sido recorrente não só nesta Comissão, mas também na Comissão de Finanças e Tributação, o debate de que haveria uma espécie de perseguição ao Estado do Paraná. Eu louvo os Deputados do Estado do Paraná, que corretamente estão aqui fazendo a defesa de seu Estado. Reconheço isso, acho importantíssimo, pois eles estão aqui querendo viabilizar o financiamento do Estado do Paraná. Mas o que acontece é que existem regras que advêm seja da Lei de Responsabilidade Fiscal, seja de outros regramentos legais. E há entendimentos dentro dos órgãos de Governo, entendimentos formados há muito tempo que não são entendimentos ou regras sequer criadas pelo atual Governo, mas que sempre foram analisadas. É isso o que está inviabilizando.

Eu usei o caso do Estado do Rio Grande do Sul porque foi dito nesta Comissão outro dia que, pelo fato de o Secretário do Tesouro ser do Rio Grande do Sul, ele viabilizava autorizações de financiamento para aquele Estado e inviabilizava para outros.

Alguns dias depois veio à tona, na mídia inclusive, que o próprio Estado do Rio Grande do Sul, pra conseguir um financiamento, tinha buscado, junto ao Poder Judiciário, entendimento diverso do que a Secretaria do Tesouro adota já há muito tempo. E assim tem sido.

Então, acho que o Presidente Luciano Coutinho também coloca claramente isso. O Estado brasileiro e o Governo atual têm uma postura republicana, mas



espero que o Paraná vença isso. Aliás — eu até perguntei o Deputado Fernando Francischini —, tenho certeza de que os Deputados Estaduais que são da base do Governo Federal ou do próprio Partido dos Trabalhadores votaram favoravelmente na Assembleia Legislativa para que o Estado do Paraná pudesse acessar o Proinveste, porque se trata de investimento que vai melhorar a qualidade de vida do povo do Estado do Paraná.

Concluo dizendo que alguns analistas econômicos da mídia têm assinalado com grande preocupação que os Estados aumentaram o seu nível de endividamento. É verdade, porque pegaram financiamentos para investir em infraestrutura e num conjunto de questões que vão ser positivas, inclusive para a própria economia. Ruim seria se os Estados tivessem fazendo financiamentos para pagar dívida. Vou pegar meu cacoete de médico e dizer o seguinte: tem o colesterol bom e o colesterol ruim, e financiamento também pode ser bom ou pode ser ruim.

Antigamente nós tínhamos regras de financiamento que permitiam inclusive isso. Hoje nós temos regras mais estáveis, e esses financiamentos que os entes federados estão pegando é para investir em metrô, BRTs, infraestruturas das mais diversas. Isso é positivo para a economia, mas também há regras que impedem o endividamento exagerado desses Estados.

Portanto acho estranho quando a gente ouve certas afirmações. Espero que o Estado do Paraná, Deputado Fernando Francischini, consiga aumentar um pouquinho o seu nível de endividamento, pegue o Proinveste e faça bons investimentos para o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Obrigado, Deputado Pepe Vargas.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Siraque, para fazer uso da réplica.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Deputado Fernando Francischini sempre delegado e Deputado defensor do Paraná.

Sr. Presidente, acho que ficou esclarecido. Foi boa a vinda aqui do Professor Luciano Coutinho porque aprendemos mais um pouco. Quero parabenizar o BNDES pela transparência e por ser um banco republicano que ajuda no desenvolvimento econômico e social do Brasil.



Teremos uma audiência pública, até de interesse desta Comissão, para discutir a indústria de defensivos agrícolas e fertilizantes no Brasil, a pedido da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, porque o nosso País cresceu bastante no agronegócio, mas nós não nos tornamos exportadores de *commodities* e importadores de defensivos agrícolas e de fertilizantes. Vamos viabilizar essa audiência pública para esse debate aqui na Comissão.

Muito obrigado! Parabéns, professor! Parabéns, Deputados do Paraná, que saem daqui esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agrademos principalmente as manifestações dos Deputados Carlos Brandão, Vanderlei Macris, Fernando Francischini, Pepe Vargas, Luiz Carlos Hauly, Vanderlei Siraque e a todos os que colaboraram, dizendo ao Presidente do BNDES Luciano Coutinho que reconhecemos a competência, habilidade e conhecimento de V.Exa.

Não havendo mais quem queira se manifestar, gostaria de agradecer a presença do Sr. Luciano Coutinho nesta reunião.

Está encerrada a reunião.